



RELATÓRIO ESPECIAL IMPACTOS DA CRISE PANDÊMICA E ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO PARAENSE

FEVEREIRO DE 2021



Universidade Federal do Pará
Observatório Paraense do Mercado de Trabalho



Relatório Especial Impactos da crise pandêmica e econômica no Mercado de Trabalho Paraense

Este é mais um produto de
interesse público produzido pelo
Observatório Paraense do
Mercado de Trabalho da
Universidade Federal do Pará

Universidade Federal do Pará
Observatório Paraense do Mercado de Trabalho

Fevereiro de 2021

Comissão Organizadora

Esse Boletim Trimestral Conjuntural é fruto da colaboração de sete membros do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, entre discentes da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará. Foram eles:

José Raimundo Barreto Trindade, coordenador

Giancarlo Livman Frabetti, vice-coordenador

Nathália Rocha Sousa, pesquisadora associada

Gedson Thiago Borges, pesquisador associado

Sandro Ribeiro da Silva, pesquisador bolsista

Mateus Lucas Amorim, pesquisador bolsista

Carlos Arthur Ferreira, pesquisador bolsista

Lucas Sousa, pesquisador bolsista.

Equipe do OPAMET

José Raimundo Barreto Trindade; Giancarlo Livman Frabetti; Carlos Alberto Barbosa de Azevedo; Bremmer Fialho Brelaz; Carla Caroline Barisão Brarymi; Edvaldo Conceição Junior; Gedson Thiago Borges; Ingrid Gonçalves Pimentel; João Victor Bastos de Freitas; Laryssa Oliveira Carvalho; Luciana Cristina Romeu Sousa; Mariana de Oliveira; Nathália Rocha de Sousa; Ricardo Jorge Santos Faro; Sandro Ribeiro da Silva; Mateus Lucas Amorim Nascimento; Carlos Arthur Ferreira; Lucas Sousa.

Endereço e Contato

Av. Perimetral, s/nº, Campus Profissional
66075110 - Belém, PA - Brasil
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 1º Andar
TD-20, Sala do OPAMET/UFPA.

observatoriodotrabalho.pa@gmail.com
www.opamet.com.br

Expediente

Universidade Federal Do Pará

Emmanuel Zagury Tourinho, Reitor

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Armando Lírio de Souza, Diretor

Paulo Moreira Pinto, Vice-Diretor

José Nazareno dos Santos, Coordenador da FACECON/UFPA

Danilo Araújo Fernandes, Coordenador do PPGE/UFPA

Apoio

Ministério da Economia

Observatório Paraense do Mercado de Trabalho

José Raimundo Barreto Trindade, Coordenador

Giancarlo Livman Frabetti, Vice-Coodenador

Sumário

Apresentação	6
Sessão 01: breves elementos da análise conjuntural	8
Sessão 02: o mercado de trabalho paraense antes do novo coronavírus	14
Taxa de participação	14
Taxa de desocupação	15
Taxa de subutilização	16
Taxa de desalento	18
Taxa de informalidade	19
Trabalhadores por conta própria	20
Taxa de distribuição setorial	21
Rendimento médio real	22
Sessão 03: os impactos setoriais na pandemia no Pará	24
Atividade econômica e capacidade instalada	24
Produção industrial	25
Volume de serviços prestados	28
Volume de vendas no comércio	29
Produção agropecuária	29
Sessão 04: os impactos da pandemia no mercado de trabalho	33
População em idade ativa	33
Taxa de participação	34
Taxa de desocupação	35
Taxa de auxílio emergencial	36
População ocupada.....	37
Trabalhadores afastados.....	38
Taxa de informalidade	40

Rendimento médio	40
Sessão 05: texto para discussão	42
Impactos da Covid-19 e o mundo do trabalho, por Nathalya Rocha	43



Apresentação

O Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET) constitui esforço conjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Ministério da Economia, fazendo parte de uma rede nacional: o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (ONMT). A referida rede organiza um conjunto de aproximadamente oito unidades de análise e acompanhamento do mercado de trabalho.

O Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET) realiza o acompanhamento mais detido do mercado de trabalho do estado do Pará e da capital paraense (Belém). Os dados dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (SIRETT), MAIS EMPREGO e a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD-C), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de documentos disponibilizados pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, são os instrumentos de base para construção de indicadores e análises desenvolvidas pelo OPAMET. O OPAMET funciona na Universidade Federal do Pará (UFPA), desde dezembro de 2015, e conta com equipe de pesquisadores que regularmente oferecem oficinas de análise e acompanhamento de indicadores do mercado de trabalho.

Este relatório é uma ferramenta de análise e acompanhamento do mercado de trabalho, realizado a partir das bases de dados do IBGE, do Ministério da Economia e do Banco Central. Nosso objetivo foi oferecer aos agentes econômicos e sociais um instrumento de acompanhamento das movimentações cíclicas do emprego, renda e das relações de trabalho nas duas unidades geográficas estabelecidas (Pará e Belém). Os dados analisados, bem como os indicadores aferidos são básicos, porém possibilitam uma aproximação e conhecimentos ao conjunto da sociedade. Assim, o OPAMET busca cumprir parte de suas funções sociais fundantes enquanto grupo de pesquisa de uma universidade pública. Os relatórios, bem como os boletins, artigos e demais textos de discussão desenvolvidos pelo Observatório, são disponibilizados no site do mesmo, sendo de livre acesso, divulgação e uso.

Neste relatório especial, temos na seção 01 uma breve análise sobre a conjuntura econômica nacional, centrada nos aspectos de emprego e ocupação atinentes aos fatores que definem o atual quadro econômico nacional, marcado pela persistência da

crise sanitária e econômica. Na seção 02, em um esforço de contextualização, apresentamos um amplo resgate dos principais indicadores de emprego e renda relativos ao cenário econômico antes do despontamento da pandemia no Pará. Na seção 03, apresentamos alguns indicadores macroeconômicos que indicam os impactos setoriais e na atividade econômica do estado durante este período de crise. Na seção 04, em um profundo esforço diagnóstico, analisamos as evoluções dos indicadores de emprego e renda ao longo do período de crise, de março de 2020 a outubro de 2020. Por fim, para compor a seção 05, selecionamos alguns artigos autorais de pesquisadores do Observatório, que ampliam os cenários indicados ao longo do relatório e sugerem elementos centrais para a discussão dos caminhos para a superação desta grave conjuntura.

Boa Leitura!

Seção 01

Breves elementos de Análise Conjuntural

O mundo do trabalho no Brasil em 2020: retrospecto Funesto

Por José Raimundo Trindade¹

Encerramos 2020, um dos mais difíceis períodos da história recente brasileira e latino-americana. Segundo análise da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) a economia dos países latino-americanos teve um dos mais expressivos declínios econômicos e sociais, segundo o estudo publicado pela organização vinculada a ONU no contexto da pandemia ao “se comparar diferentes indicadores sanitários, econômicos, sociais e de desigualdade, a América Latina e o Caribe foram as regiões mais atingidas” pela crise econômica e ambiental ao nível mundial (conferir: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46501-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020>).

As estatísticas da CEPAL mostram que o impacto da crise sanitária foi devastador sobre o mercado de trabalho e, principalmente, estamos somente no início de uma crise que tende a continuar seus reflexos nos próximos meses, talvez anos. Em “um grupo de 14 países a taxa de ocupação caiu 10 pontos percentuais em relação ao mesmo período (segundo trimestre de 2020) do ano anterior, ou seja, passou de 57,4% para 47,4%, uma destruição de aproximadamente 47 milhões de postos de trabalho” (CEPAL, 2020).

Dois aspectos devem ser fortalecidos em termos analíticos: i) a crise sanitária veio reforçar um quadro que já era ruim, considerando elementos que serão brevemente tratados a seguir; ii) a crise sanitária desloca das relações de trabalho o chamado setor informal, o que repercute na taxa de participação da força de trabalho que declina e que leva a uma taxa de desocupação aberta menor, as repercussões deste aspecto e suas consequências para 2021 também serão tratados.

No caos brasileiro a pandemia do Covid-19 se alastrou de forma descontrolada. Sendo que chegamos neste início de 2021 com mais de 200 mil mortos e aproximadamente

¹Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA, autor, entre outros livros, de “Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista: uma abordagem marxista (CRV) e Coordenador do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho.

8,0 milhões de contágios, considerando a ausência de efetivo planejamento para vacinação da população e uma grande desinformação plantada e consolidada na forma de negação da própria vacinação.

Vale reforçar que o predomínio de relações de trabalho que não se estabelece em bases contratuais regulares ou fixas, definindo mecanismo de superexploração correspondente a uma lógica de crescente flexibilização no uso e gestão da força de trabalho que leva ao domínio do próprio tempo privado dos trabalhadores pelo capital, formas manifestas em ocupações do tipo PJ (Pessoa Jurídica), revendedoras de cosméticos, Uber e tantos outros. Assim a ultra flexibilidade estabelecida na própria legislação parece não fazer efeito frente uma realidade em que as condições estruturais de informalidade se impuseram e ao mesmo tempo não se observa a degradação da estrutura antes formal de emprego imposta pelas novas “não regras” advindas da “modernização trabalhista”. O quadro de reorganização e degradação das relações de trabalho já era parte deste longo ciclo de crise estrutural do capitalismo mundial que como notou, entre outros, Streeck ([2013], 2018, p.10), seria somente “etapa de uma sequência histórica”.²

As alterações estabelecidas a partir da Lei Complementar 13.467/17, que os segmentos da burguesia brasileira e da tecnocracia hoje estabelecida chamam de “modernização trabalhista”, nos levaram a um mercado de trabalho que intensificou as condições de fragilidade e vulnerabilidade dos trabalhadores, fortalecendo as figuras do trabalho autônomo, intermitente, parcial, temporário e da terceirização, fatores que levam a um mercado de trabalho crescentemente precário, notáveis nos números referentes aos dados de subutilização, conta-própria e informalidade registrados nos dados da última PNAD coletada antes da atual crise sanitária e também do “Novo Caged”, como exporemos.

No chamado contrato de trabalho intermitente, o empregado terá o prazo de vinte e quatro horas para responder ao chamado e o período de inatividade não será considerado como tempo de serviço à disposição do empregador. O trabalhador intermitente somente receberá pelas horas efetivamente ocupadas, o que concretamente estabelecerá salários abaixo do mínimo e formas de subemprego enquanto dinâmica legal. Por sua vez o Contrato de Trabalho temporário, será de cento e oitenta dias, consecutivos ou não, prorrogáveis por mais noventa dias, consecutivos

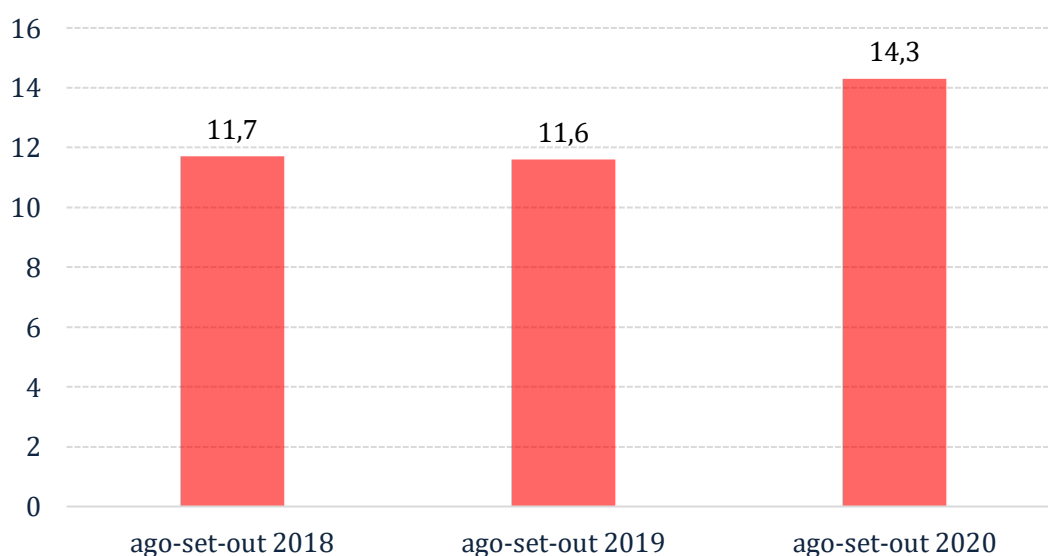
² Wolfgang Streeck. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. Boitempo, 2018.

ou não, ou seja, será de até 270 dias, bem acima da rotatividade média no Brasil (que é de 6 meses). O resultante desta lógica nos leva ao uso do trabalho temporário enquanto forma definitiva, impondo a definitiva precarização do trabalhador.

Os dados fornecidos pelo “Novo Caged” mostram um pequeno número de postos de trabalho criados com base nessas novas modalidades: em novembro de 2020, houve 20.429 admissões e 9.340 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 11.089 empregos, a maior parte no setor de Serviços (+4.309 postos) e Comércio (+3.656 postos). Quanto aos contratos temporários, ou por tempo parcial, foi registrado um saldo de 4.683 empregos, sendo também concentrados em Serviços (+2.843 postos) e Comércio (+1.717 postos).

A explicação para o completo insucesso da chamada “modernização trabalhista” é diversa, mesmo desconsiderando os efeitos da pandemia, vale notar que a crise de desocupação e sub ocupação dos trabalhadores já era anterior ao Covid-19. Assim, a taxa de desocupação no último trimestre de 2019, divulgado em janeiro de 2020, apresenta uma inflexão muito pequena em relação a observada no mesmo período do ano anterior, a ausência de políticas anticíclicas dada pela lógica neoliberal, a baixa capacidade de geração de postos de trabalho próprios da atual configuração macroeconômica do país e o a pandemia agravaram o quadro.

Gráfico 01 - Taxa de Desocupação Total (2018/2019/2020).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – contínua trimestral (2020). Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6381#resultado>

A rigidez da desocupação se dá em função da própria lógica neoliberal da atual dinâmica econômica brasileira, somente agravada neste ano pela pandemia. Esses dados revelam um cenário de forte rigidez nas condições macroeconômicas referentes ao mercado de trabalho, não se observando a recuperação econômica na velocidade necessária e intensamente agravada pela pandemia. Uma primeira consideração em relação a crise sanitária deve-se interpor frente este quadro de rigidez da desocupação. A destruição de postos de trabalho foi expressiva, mas parcialmente controlada pelas políticas de transferência de renda (Renda Emergencial), porém agravando radicalmente as condições de desocupação, precariedade do emprego e o aspecto próprio da pandemia que foi a redução da taxa de informalidade, pois com o isolamento social parcela considerável destes trabalhadores não tiveram como exercer suas ocupações.

O saldo de geração de postos de trabalho formais, mesmo já sob as novas regras da LC 13.467/17 se mantém risível desde 2018, sendo notável o impacto da crise sanitária que reduz expressivamente o número de postos formais como observado abaixo, porém convém reforçar temos uma tendência mantida de pequena capacidade de geração de postos formais de trabalho, mesmo com as alterações imputadas pela legislação neoliberal.

Tabela 01 - Admitidos, Desligados e Saldo (por Setor IBGE) (Acumulado novembro 2018/2019/2020).

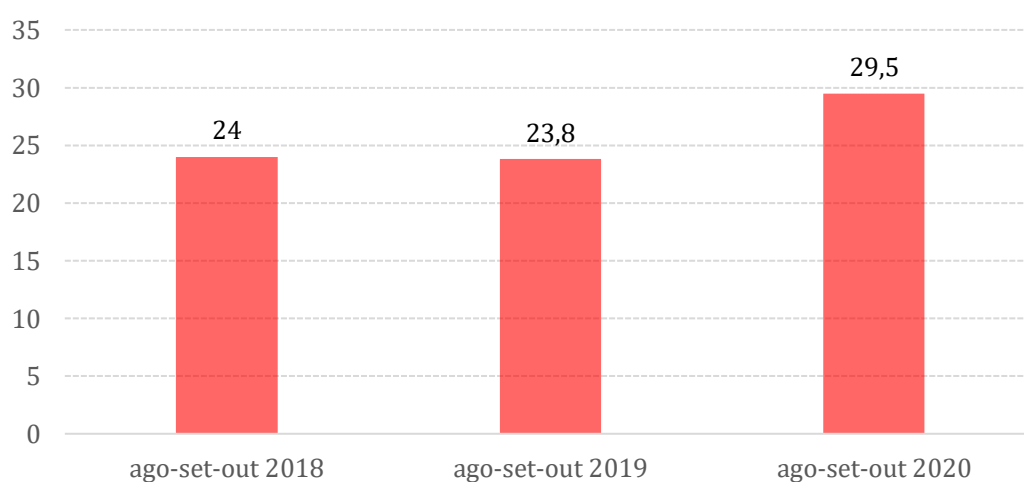
Setores	Novembro 2018			Novembro 2019			Novembro 2020		
	Admis	Deslig	Saldos	Admis	Deslig	Saldos	Admis	Deslig	Saldos
Total	14.381.480	13.523.065	858.415	15.164.916	14.216.572	948.344	13.840.653	13.613.628	227.025
Agricultura	954.365	902.963	51.402	954.471	895.638	58.833	789.188	703.601	85.587
Indústria	2.405.830	2.282.757	123.073	2.502.666	2.372.303	130.363	2.415.751	2.278.268	137.483
Construção	1.295.963	1.226.692	69.271	1.383.560	1.266.342	117.218	1.468.206	1.310.325	157.881
Comércio	3.518.865	3.438.845	80.020	3.669.506	3.545.885	123.621	3.182.077	3.235.912	-53.835
Serviços	6.067.307	5.555.308	511.999	6.511.399	6.015.822	495.577	5.985.431	6.083.779	-98.348
Adm pública	62.962	49.957	13.005	63.884	47.664	16.220	1.068.615	985.456	83.159
Outros serviços	76.188	66.543	9.645	79.430	72.918	6.512	310.211	355.144	-44.933

Fontes: Nov/2018 e Nov/ 2019 (CAGED/MTb); Nov/2020 (Novo CAGED/ME) (Acesso em: <http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2019/caged-novembro-2019>)

A Taxa Composta da subutilização da Força de Trabalho é crescente, quando se compara os diferentes períodos verifica-se sua particular expansão, atingindo aproximadamente 30 milhões de brasileiros no trimestre móvel ago-set-out de 2020. A análise desses dados é importante para se perceber a evolução futura próxima do mercado de trabalho. Dois aspectos ainda devem ser denotados: i) com o fim da renda emergencial

do Governo Federal, teremos grande número de trabalhadores que serão acrescidos a informalidade e a procura do emprego, elevando a taxa de desocupação e, conseqüentemente, mantendo a expansão dessa taxa composta; ii) deve-se notar que essa taxa abstrai um percentual da população que se encontra no desalento, ou seja, desistiu de procurar qualquer ocupação. Os dados mostram que no período tratado (ago-set-out de 2020) o percentual de desalentados na população acima de 14 anos alcança o valor histórico máximo de 5,2%, ou seja, aproximadamente 9 milhões de brasileiros.

Gráfico 02 - Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho.

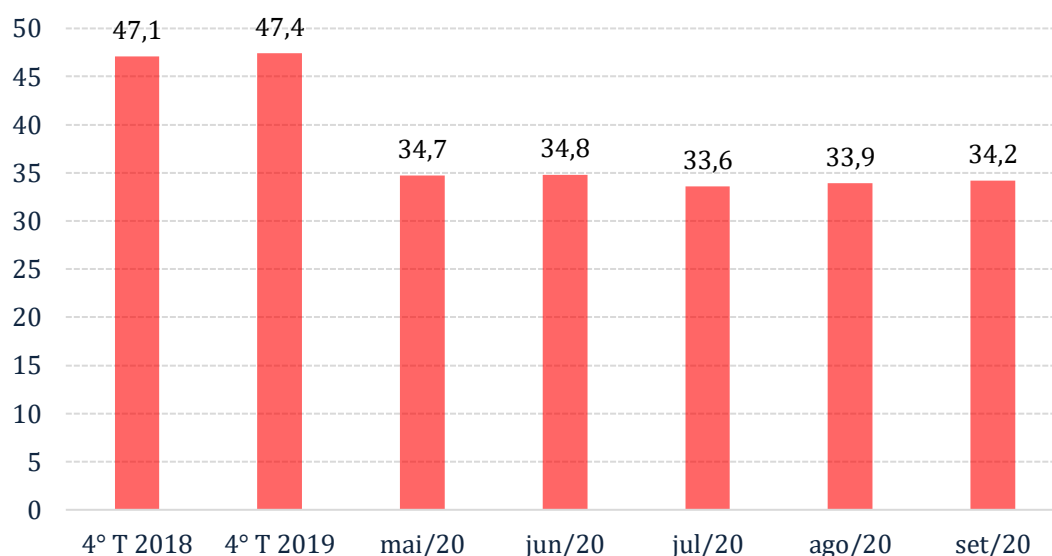


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – contínua trimestral (2020). Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6441#resultado>

Por fim temos que observar a taxa de informalidade, ou seja, a maior parte da população brasileira (aproximadamente 70 milhões da População em Idade Ativa) que não está inserida regularmente no mercado de trabalho, muitas vezes tendo que suportar altas jornadas de trabalho em situações insalubres e, além disso, baixo rendimento médio se comparado com os trabalhadores que possuem carteira assinada ou trabalhadores estatutários. A taxa de informalidade resulta da razão entre a soma de formas precárias ou não formais de ocupação (empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada; conta própria e trabalhador familiar auxiliar) e população ocupada total. Vale observar que as alterações legais ocorridas fortaleceram os padrões informais do mercado de trabalho, o que torna ainda mais complexa a gestão da crise sanitária e o impacto sobre a população brasileira.

Deve-se observar que a redução na taxa de informalidade no período de auge da primeira onda de Covid deveu-se a política de isolamento social, o que retornará paulatinamente conforme se normalize a situação. Aspecto crítico a ser denotado é que uma segunda onda de Covid e a demora de política de vacinação em massa que equacione definitivamente a pandemia terá um custo ainda mais elevado de vidas e de sufocamento econômico e social desta população.

Gráfico 03 - Evolução da proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas (Brasil).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – contínua trimestral (2020). Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>

Este quadro reflete a tripla crise econômica neoliberal, sanitária e política em que estamos inseridos, evidenciando uma conjuntura de desocupação e precariedade do emprego onde os indivíduos buscam tentar garantir sua subsistência em atividades sem vínculo formal, nos levando a crer que neste ano de 2021 se aprofundará a desocupação, a sub ocupação e as formas informais de ocupação. O quadro todo poderá se agravar exponencialmente, sendo necessárias profundas alterações econômicas e sociais, como a revogação da EC 95/16, regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, estabelecimento de uma pauta de investimentos públicos em infraestrutura urbana, sanitária e de logística capaz de aquecer a construção civil e uma nova política industrial capaz de recompor as bases produtivas, tudo isso num quadro de reorganização macroeconômica e de vacinação planejada de toda população brasileira. Estas alterações parecem um sonho de verão na atual conjuntura e a tendência mais realista nos parece a maior decomposição do tecido social nos próximos meses e talvez anos, mas o horizonte da resistência é fundamental.

Seção 02

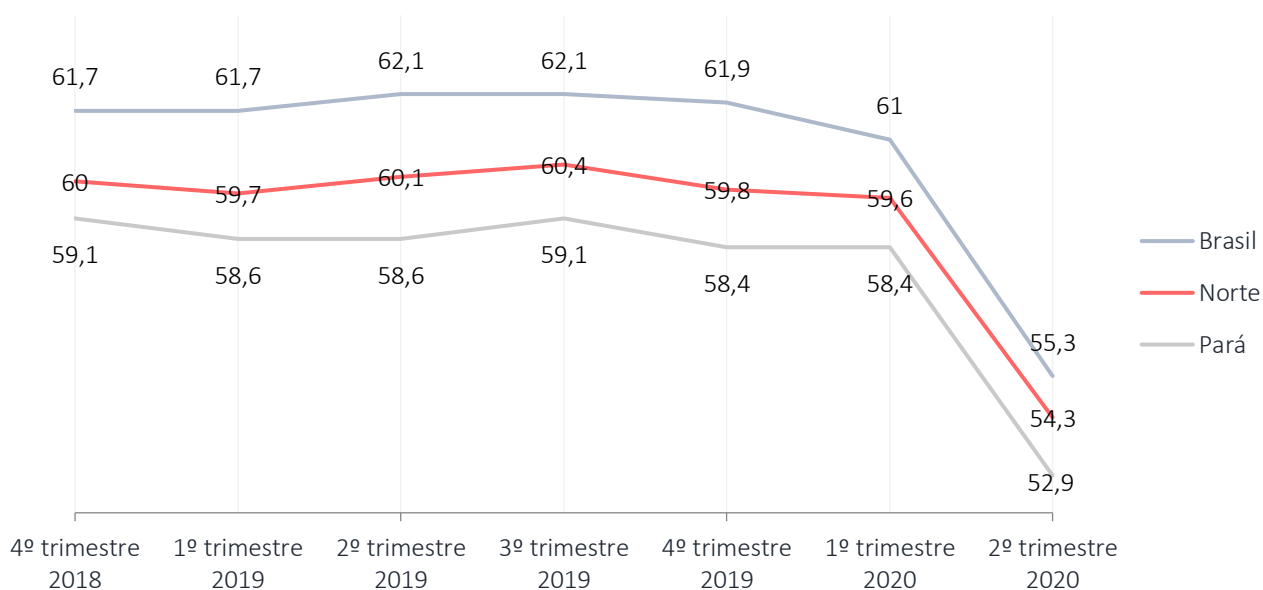
O mercado de trabalho paraense antes do novo coronavírus

Taxa de participação

A taxa de participação na força de trabalho corresponde à porcentagem de pessoas em idade de trabalhar que estão empregadas ou procurando emprego. Analisando os dados da PNAD continua é possível notar que a taxa de participação na força de trabalho se apresentava relativamente estável, no período que se inicia no quarto trimestre de 2018, e se mantém sem alterações expressivas durante todo o ano de 2019, nas três regiões analisadas (Brasil, Norte, Pará).

Na comparação do segundo trimestre de 2019 com o segundo trimestre de 2020 o efeito da pandemia por Covid-19 mostrou-se evidente sobre o mercado de trabalho. As medidas de distanciamento social, inevitáveis para conter a disseminação do vírus SARS COV 2 fizeram com que menos brasileiros estivessem ocupados ou procurassem se ocupar, ademais, o pagamento do auxílio emergencial para famílias de baixa renda diminuiu a pressão sobre o mercado de trabalho, diante disso, para as três regiões analisadas pelo gráfico abaixo a taxa de participação da força de trabalho no período do segundo trimestre de 2019/2020 apresentou a seguinte evolução, Brasil 62,1% para 55,3%, a Região Norte 60,1% para 54,3% e o Estado do Pará 58,6% para 52,9%.

Gráfico 01 – Evolução da taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020 (em %).

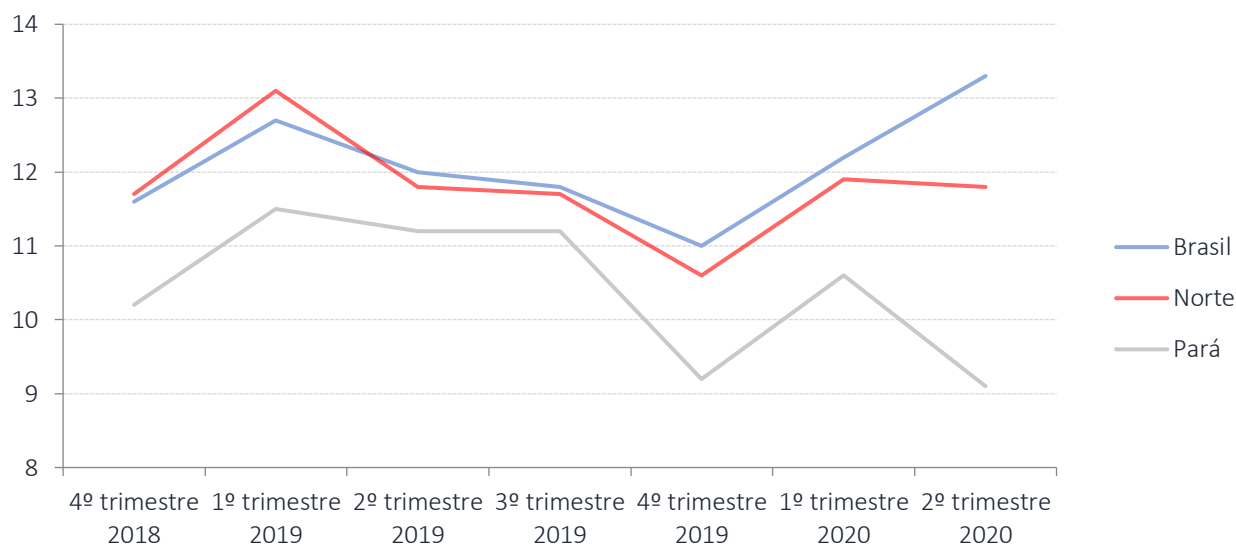


Fonte: Tabela 6461 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Taxa de desocupação

O gráfico a seguir demonstra a evolução da Taxa de desocupação, ou seja, a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. O gráfico 2 apresenta um aspecto relevante, uma vez que, é possível notar que a taxa de desemprego em todo o Brasil cresceu nos dois últimos trimestre analisados, entretanto, na região Norte, assim como no Estado do Pará a taxa de desocupação sofreu redução, quando se compara o primeiro e o segundo trimestre de 2020, período que se iniciou as complicações sociais geradas pela pandemia do Covid-19.

Gráfico 02 – Evolução da taxa de desocupação no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020 (em %).



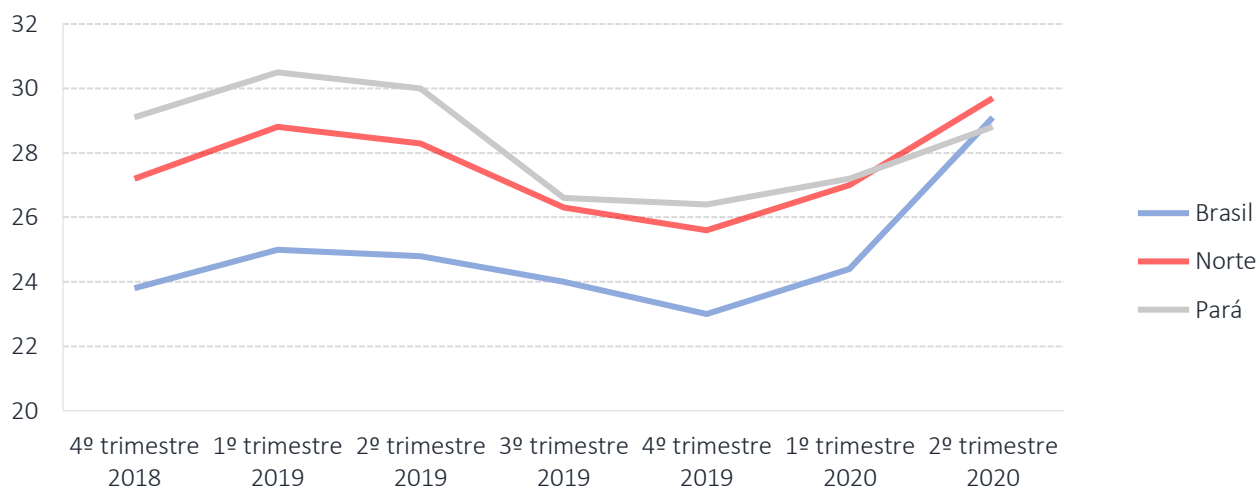
Fonte: Tabela 4099 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

A redução da taxa de desocupação do 2º trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior para a Região Norte e para o Pará não retrata necessariamente uma melhora, o que parece ter ocorrido foi uma redução da força de trabalho (como assinalado acima), ao mesmo tempo em que trabalhadores perderam emprego e os trabalhadores por conta própria não puderam seguir trabalhando, como consequência do medo de contrair a doença covid 19. Esse encolhimento do contingente de pessoas que estavam trabalhando ou buscando trabalhar afetou a taxa de desocupação ressoando na sua redução, todavia, subentende-se que parcela da população desocupada ainda é alta.

Taxa de subutilização

A taxa composta de subutilização da força de trabalho é a divisão da subutilização da força de trabalho (subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial) pela força de trabalho ampliada (número de ocupados + de desocupados + força de trabalho potencial).

Gráfico 03 – Evolução da taxa de subutilização no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020 (em %).



Fonte: Tabela 4099 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

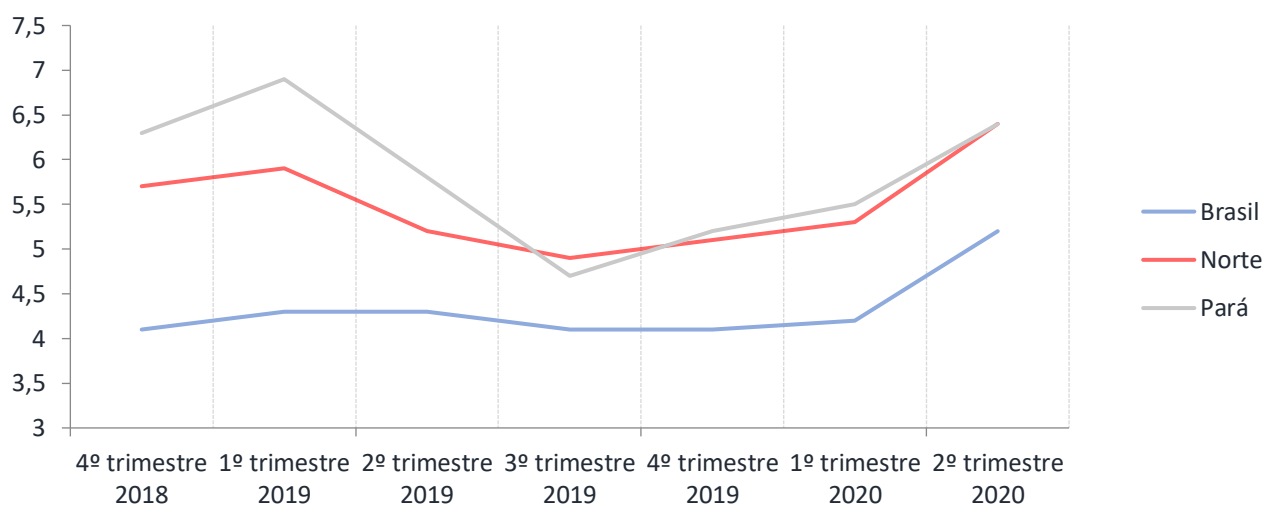
O gráfico acima apresenta os dados referentes à evolução da taxa de subutilização no Brasil, na Região Norte e no Pará. A sua análise demonstra o grau de precarização das relações de trabalho, pois com base nos dados da PNAD contínua mostra-se que no 2º trimestre de 2020, momento em que se agravou a pandemia do Covid-19, a taxa de subutilização registrou 29,1% descrevendo desse modo o nível de subutilização da força de trabalho brasileira, além do mais, observou-se um aumento de 4,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior (1º trimestre de 2020). Quando se compara o primeiro e segundo trimestre de 2020 para o Estado do Pará, verificou-se que houve um aumento de 1,6% na taxa de subutilização da força de trabalho, enquanto que, no mesmo período, a Região Norte registrou um aumento na taxa de subutilização de 2,7 %.

Tomando como referência os três últimos trimestre apresentado no gráfico 3 destaca-se que esse indicador vem mostrando um elevado número de pessoas subutilizadas, assinalando que a taxa de subutilização vem apresentando uma tendência de crescimento nas três regiões analisadas, com destaque para a região Norte que apresentou um ritmo de crescimento mais acelerado. Entre outros aspectos a elevação da taxa de subutilização apresentada aqui responde a redução do nível de atividade econômica, como também, sofre influência das recentes transformações estruturais do mercado de trabalho.

Taxa de desalento

O Gráfico 04 apresenta os dados referentes à Taxa de Desalentados, ou seja, a porcentagem de trabalhadores e trabalhadoras desalentados, ou ainda, a porcentagem de pessoas que procuram emprego durante muito tempo, não conseguiram e desistiram, pelo tempo de busca ou pela dificuldade de intermediação. A partir da análise dos dados da PNAD contínua a taxa de desalento assinala uma grave situação de precariedade no mercado de trabalho, esse indicador vem refletindo a desesperança dos trabalhadores, nessas condições de difícil inserção no mercado de trabalho, os trabalhadores alimentam a perspectiva de que não encontrarão emprego, e acabam desistindo de procurá-lo, conforme destaca a análise do gráfico abaixo.

Gráfico 04 – Evolução da taxa de desalento no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020.



Fonte: Tabela 6810 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

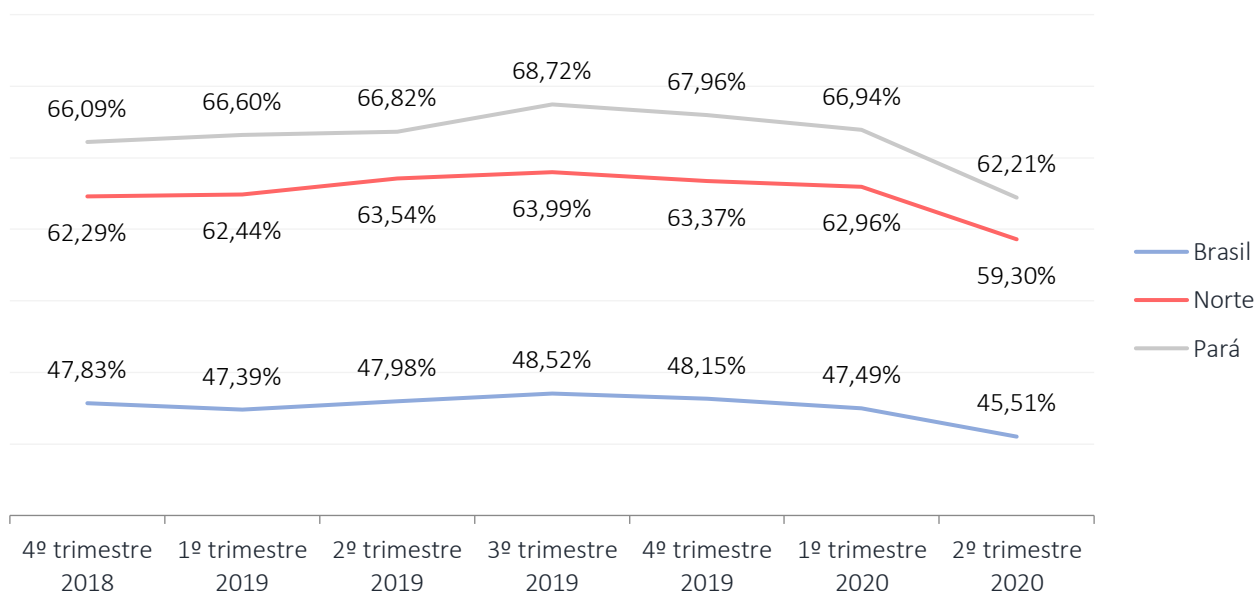
Comparando o quarto trimestre de 2018 com o mesmo período de 2019 observa-se que a taxa de desalento sofreu uma diminuição, no Estado do Pará e na Região Norte, o que sinalizou uma breve recuperação da economia nesse período, porém, quando se analisa a taxa de desalento para o Brasil no mesmo período (4º trimestre 2018/2019) verifica-se que esse indicador não sofreu grandes variações, permanecendo estável. Quando comparados o primeiro e segundo trimestre de 2020, para as três regiões em análise o cenário apresenta mudanças e a taxa de desalento começa a registrar uma tendência de crescimento. Observa-se que esse aspecto pode ser explicado levando em

consideração a alta taxa de informalidade (latente, analisada a seguir), de maneira que isso pode ter desestimulado os trabalhadores a procurar emprego, por considerar, de antemão, que não encontrariam emprego dado o grave nível de desemprego, bem como pelas políticas de isolamento social, adotadas devido à pandemia do Covid-19.

Taxa de informalidade

A taxa de informalidade reflete a razão entre a soma de formas precárias ou não formais de ocupação (empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada; trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada; empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada; conta própria e trabalhador familiar auxiliar) e população ocupada total.

Gráfico 05 – Evolução da taxa de informalidade no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020.



Fonte: Tabela 4097 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Pode-se observar, neste gráfico, que a taxa de informalidade no Pará é maior que a taxa nacional, bem como, da Região Norte. Desde o quarto trimestre de 2018 a taxa de informalidade no Estado do Pará encontra-se elevada, chegando a 68,72% no terceiro trimestre de 2019, assim como na região Norte que também é altíssima chegando a 63,99% no terceiro trimestre de 2019 em comparação com a taxa de informalidade do Brasil que foi de 48,52% no mesmo período.

Analisando o segundo trimestre de 2020, momento em que se verificou a intensificação da pandemia do covid-19, percebeu-se uma queda no nível de informalidade tanto no Pará, quanto no Brasil e na Região Norte. Essa diminuição da taxa de informalidade não se traduz numa melhora desse indicador, o que vem ocorrendo é uma redução da participação de trabalhadores com ocupação precária e não formal de trabalho em função dos efeitos da crise sanitária, de maneira que, a diminuição da taxa de informalidade tem ocultado a verdadeira dimensão das ocupações de trabalhos precários que ainda é elevada nas três regiões analisadas no gráfico acima. O Brasil, assim como a Região Norte e o Estado do Pará, vem passando por uma onda de demissões de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado e público e de forma semelhante os trabalhadores domésticos sem carteira assinada também vem passando por demissões, contudo, a taxa de informalidade tende a se elevar ainda mais, considerando que situação de extinção de vagas de trabalho formais não se recuperará um curto-prazo.

Trabalhadores por conta própria

Classifica-se trabalhador por conta própria o indivíduo que trabalha explorando sua própria força de trabalho, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside.

Analisando a evolução dos trabalhadores por conta própria para Brasil, Pará e Região Norte, é perceptível que ao longo do 4º trimestre de 2018 até o 4º trimestre de 2019 houve crescimento nas três regiões. Entretanto, quando se analisa o 1º trimestre e o 2º trimestre de 2020 é perceptível uma mudança na evolução dos dados sobre trabalhadores por conta própria, aduzindo uma tendência de redução.

Tabela 01 – Evolução da taxa de trabalhadores por conta própria no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020.

Geográfica	4º trimestre 2018	1º trimestre 2019	2º trimestre 2019	3º trimestre 2019	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020
Brasil	23.775.000	23.750.000	24.141.000	24.434.000	24.557.000	24.159.000	21.664.000
Norte	2.428.000	2.424.000	2.476.000	2.471.000	2.491.000	2.481.000	2.172.000
Pará	1.221.000	1.193.000	1.214.000	1.240.000	1.263.000	1.220.000	1.070.000

Fonte: Tabela 4097 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

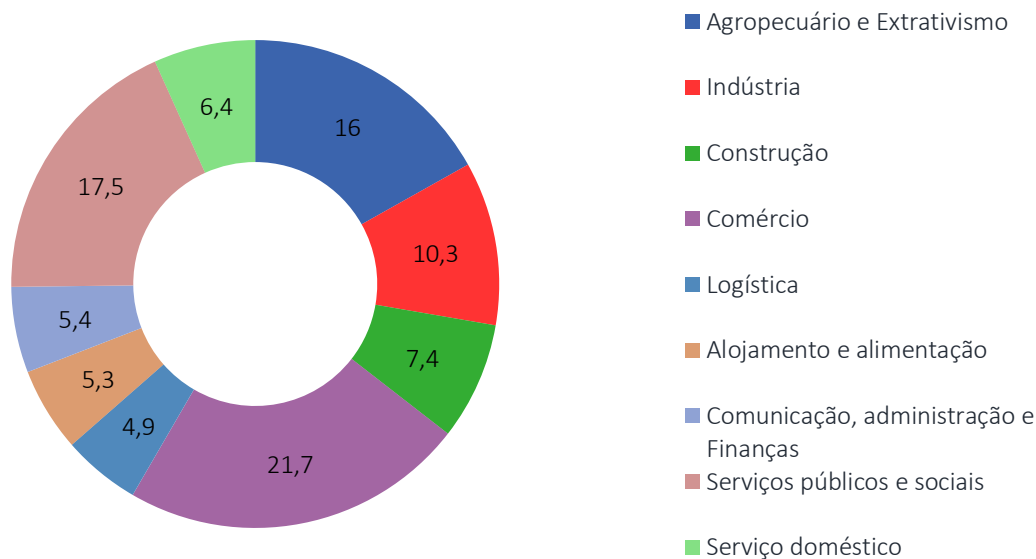
O Brasil registrou uma redução do número de trabalhadores por conta própria, na comparação dos dois primeiros trimestres de 2020, apresentando uma diminuição de 2.495 milhões de pessoas, enquanto que na Região Norte a redução foi de 309 mil pessoas e o Pará conferiu uma redução de 150 mil pessoas. Sugere-se que, essa situação de redução do número de pessoas por conta própria, nas três regiões analisadas, em alguma medida, guarda relação com a elevação da taxa de desalento. Destaca-se também que o nível de formalização entre os autônomos pouco tem influenciado a queda do número de trabalhadores por conta própria, sendo assim, é válido ressaltar que esse cenário pode estar relacionado com o isolamento social promovido pela pandemia do covid-19.

Distribuição setorial

Este indicador constitui um esforço para a compreensão da distribuição da população empregada no estado do Pará. Assim, o gráfico abaixo, apresenta a distribuição da população ocupada no Estado do Pará, por grupamentos de atividades no trabalho principal, analisados no período do quarto trimestre de 2019, isto é, antes do primeiro caso oficial de infecção pelo novo coronavírus no país.

A distribuição da população ocupada no estado de Pará apresenta-se concentrada em três grupos principais, sendo liderada pelo setor do comércio (21,7%), seguido dos setores de serviços públicos e sociais (17,5%) e do setor agropecuário e extrativista (16%) e juntos, esses três grupamentos setoriais respondem por mais da metade da ocupação de trabalho no Estado do Pará. As ocupações ligadas ao setor industrial correspondem a 10% do total das ocupações paraenses.

Gráfico 06 – Distribuição da população ocupada no estado do Pará, segundo grupamento de atividades no trabalho principal, no quarto trimestre de 2019 (em %).

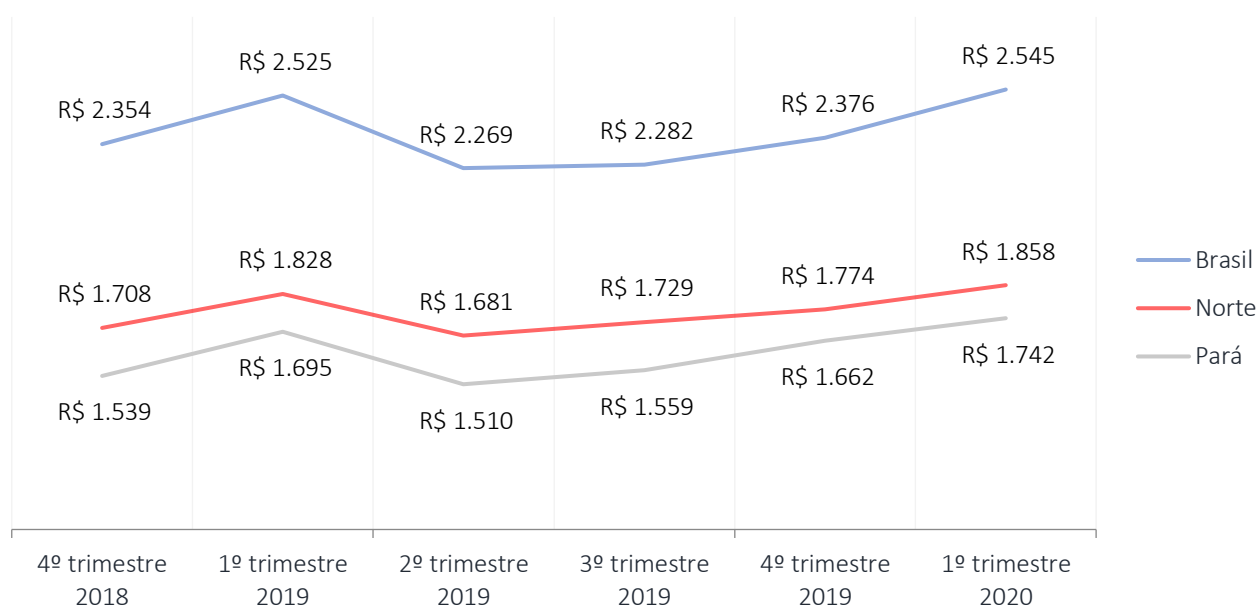


Fonte: Tabela 5434 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Rendimento médio real

As curvas de rendimento médio real no Estado do Pará, na região Norte e no Brasil apresentam o mesmo padrão de comportamento, desse modo, o rendimento médio no Pará é de cerca de R\$ 1.742 (um aumento de R\$80,00 em relação ao trimestre anterior), enquanto na região Norte é de R\$ 1.858 (um aumento de R\$84,00 em relação ao trimestre anterior) e já no Brasil é de R\$ 2.545 (um aumento de R\$169,00 em relação ao trimestre anterior).

Gráfico 07 – Evolução do rendimento médio real no Brasil, no Norte e no Pará, do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2020.



Fonte: Tabela 5463 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Com base nos dados da PNAD contínua destaca-se que o Estado do Pará vem passando por uma sensível elevação nos rendimentos reais, assim como, a Região Norte e o Brasil. Comparando o último trimestre de 2019 com o trimestre subsequente verifica-se que, em termos percentuais os ganhos absolutos do rendimento médio real para o Brasil correspondeu a um aumento de 6,6%, e para região Norte e no Pará esses ganhos apresentaram respectivamente, o seguinte comportamento 4,5% e 4,5%. Portanto, destaca-se que o rendimento médio real do Pará apresenta-se num nível semelhante ao da Região Norte e em termos de renda não há grandes disparidades da renda média real do Pará em relação a Região Norte. Esse fraco crescimento do rendimento real médio, pode ser explicado pelo crescimento latente da taxa de informalidade do Estado do Pará, na Região Norte e no Brasil, assim como a alta taxa de subutilização da força de trabalho.

Sessão 03

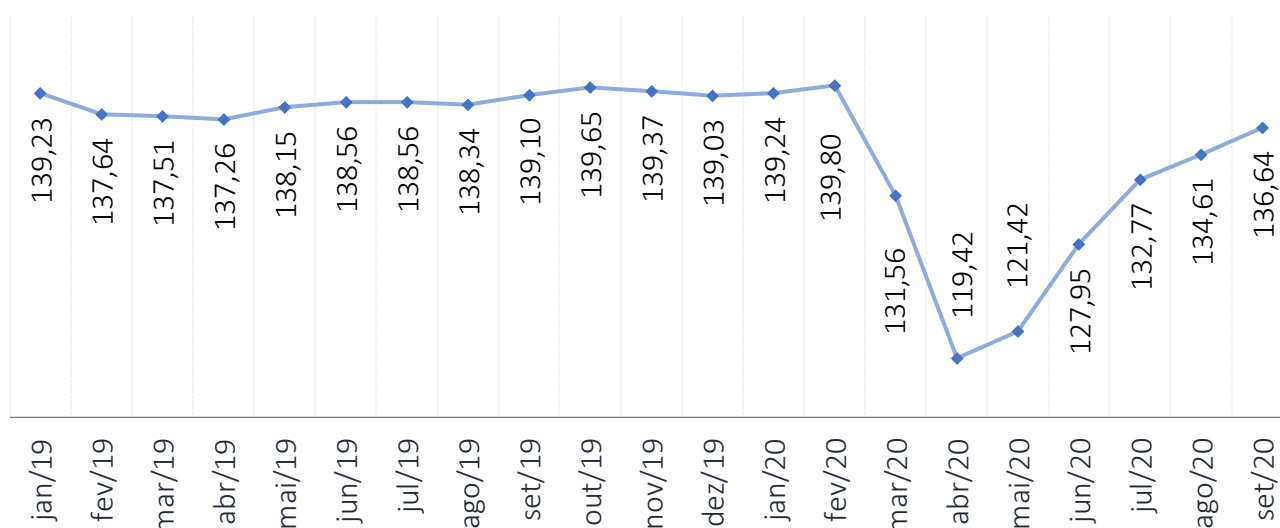
Os impactos setoriais da pandemia no Pará

Atividade econômica e capacidade instalada

O IBC-Br é um indicador agregado, elaborado pelo Banco Central do Brasil, para mensurar a evolução da atividade econômica e do nível de produção de bens e serviços. Este indicador é um importante instrumento para a avaliação do ritmo de crescimento da economia ao longo dos meses e para a elaboração das estratégias de política monetária.

Conforme demonstra o gráfico a seguir, no Brasil, entre fevereiro e abril de 2020 houve uma abrupta queda de 20,38% no IBC-Br. Isto significa, que neste período, a economia do país apresentou correspondente redução nos seus níveis de investimentos e produção de bens e serviços. Este foi justamente, o período em que se consolidou a pandemia do novo coronavírus, forçando governos a tomarem medidas restritivas de circulação e atividade.

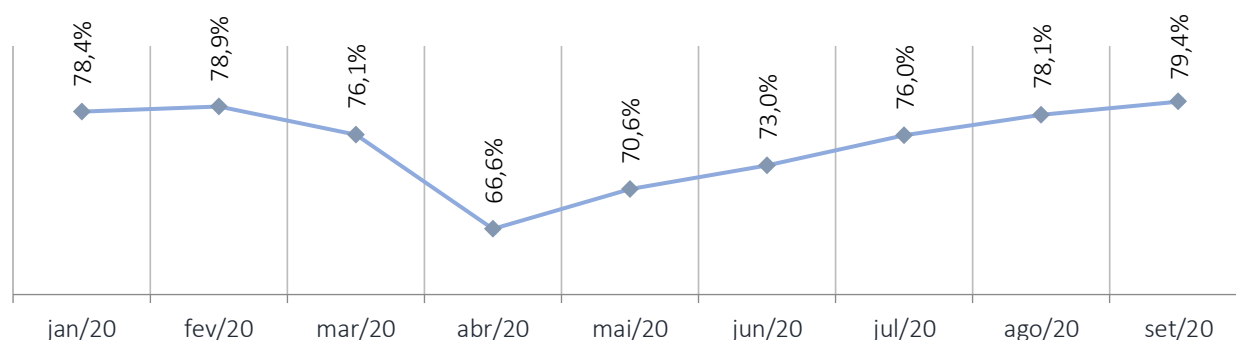
Gráfico 08: Evolução mensal do IBC-Br, de janeiro de 2019 a setembro de 2020.



Fonte: Dados abertos do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil – Base de dados macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Elaboração própria.

Esta tendência é reforçada pela evolução da taxa de utilização da capacidade instalada, divulgada na base de dados macroeconômicos do IPEA. Assim como percebido no IBC, é possível notar que entre fevereiro e abril de 2020 a utilização da capacidade instalada no Brasil caiu 12,3%, atingindo aproximadamente 67% em abril, auge da crise pandêmica, como mostra o gráfico 09 abaixo.

Gráfico 09: Evolução mensal da utilização da capacidade instalada, no Brasil, de janeiro de 2020 a setembro de 2020.



Fonte: IPEADATA - Base de dados macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Elaboração própria.

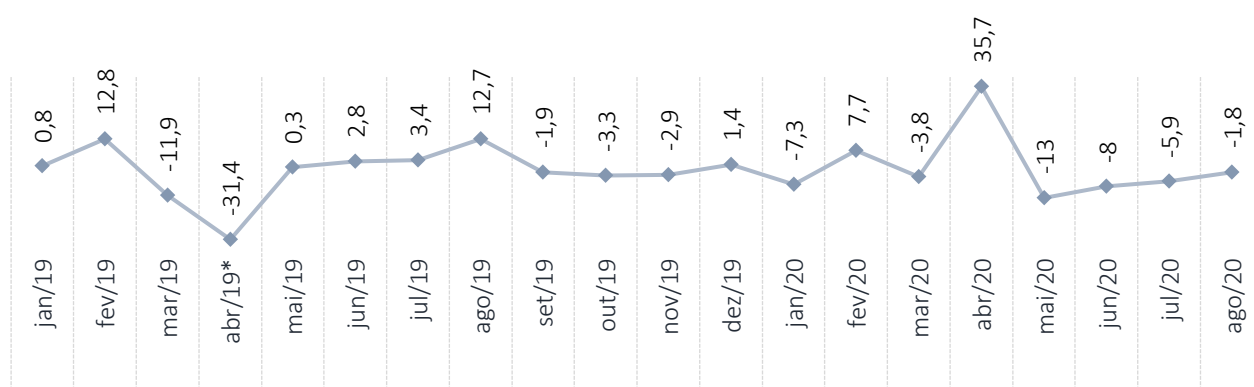
Embora a metodologia para o cálculo destes indicadores não inclua análises particulares sobre a demanda, como se faz para o cálculo do Produto Interno Bruto, algumas tendências de queda sobre os níveis de consumo podem ser deduzidas a partir dos críticos resultados.

De fato, segundo dados do IPEADATA, o consumo das famílias no Brasil apresentou variação negativa de 13,46% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano. Além disso, ainda segundo o IPEADATA, para o mesmo período o consumo do governo apresentou queda de 8,56%, em evidente reflexo da redução do ritmo de atividades nos órgãos e unidades da administração pública. A formação bruta de capital fixo também registrou significativa queda, de 15,2%, entre os dois trimestres.

Produção industrial

A seguir, para avaliação da evolução mensal dos impactos da crise sobre a atividade industrial no estado do Pará, serão analisados os dados referentes ao indicador de variação na produção física da indústria geral, extraídos da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Gráfico 10: Variação mensal na produção física da indústria geral paraense, em relação ao mesmo mês do ano anterior, de janeiro de 2019 a agosto de 2020 (em %).



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal do IBGE – Produção Física. Tabela 3653. Elaboração própria.

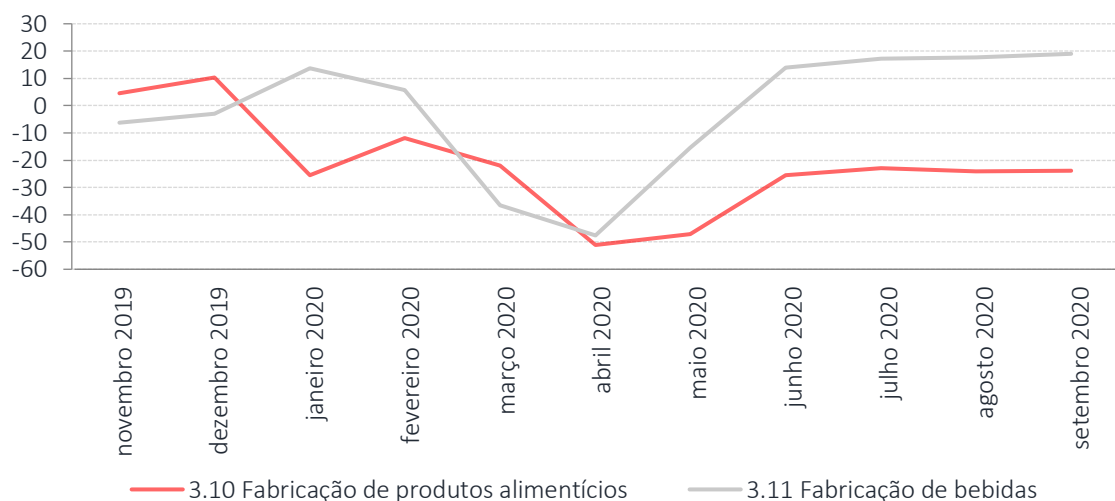
O recorte de janeiro de 2019 a agosto de 2020 para este indicador, permite uma análise comparativa sobre as dinâmicas de evolução mensal da produção industrial geral no estado do Pará. Destacam-se, sobretudo, os resultados dos meses de abril de 2019, agosto de 2019, abril de 2020 e maio de 2020. Todos estes, foram meses em que este indicador esteve especialmente relacionado a movimentos particulares da indústria extrativa de ferro e cobre, no sudeste do Pará, cujas dinâmicas são de relevância central para o PIB do estado.

Contudo, é possível notar o impacto da pandemia sobre a indústria paraense tanto pelas variações negativas a partir do mês de abril, quanto pelo desempenho de outros setores produtivos e significantes da indústria paraense, conforme ilustram os dois gráficos a seguir. No gráfico 11, referente à evolução da variação nas fábricas paraenses de bebidas e produtos alimentícios, é evidente que março e abril do ano de 2020, foram meses de produção muito inferior em comparação ao mesmo período de 2019. Entretanto, ao contrário do setor de produtos alimentícios, o setor de bebidas tem apresentado desde o mês junho de 2020 um desempenho superior a 2019, tendo produzido em setembro de 2020, aproximadamente, 19% a mais que em setembro de 2019.

O gráfico 12, que é referente à evolução da variação nas metalúrgicas e fábricas paraenses de produtos de minerais metálicos, destaca a abrupta desaceleração do setor metalúrgico desde fevereiro de 2020. Neste mês, a metalurgia paraense atingiu um excelente resultado, tendo produzido 70% a mais que em fevereiro de 2019. Entretanto, desde então o setor apresentou seguidas quedas, até que em setembro de

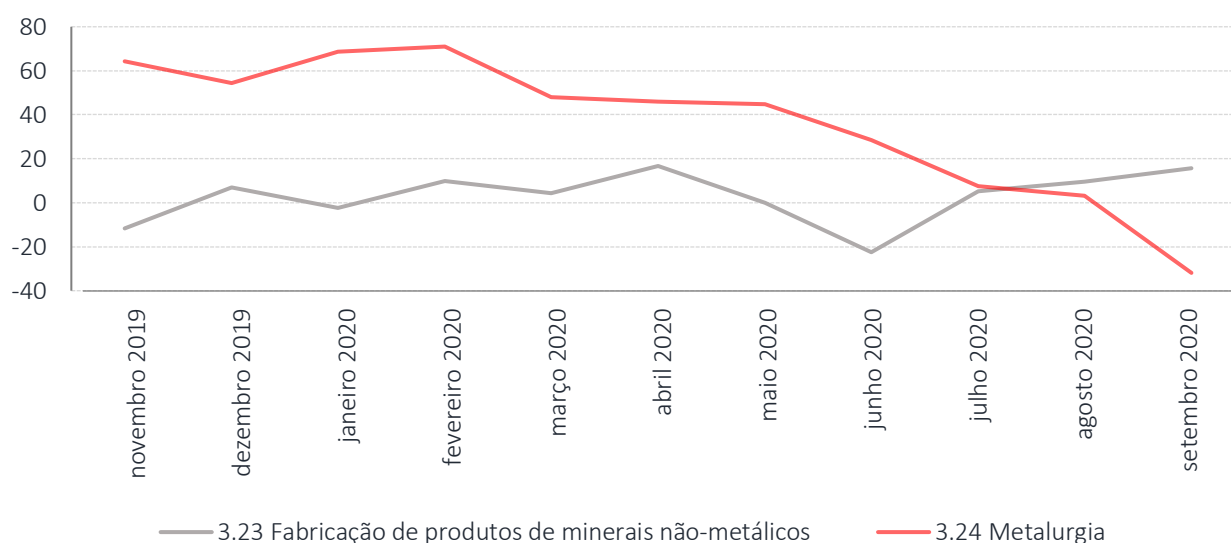
2020 produziu quase 40% a menos que em setembro de 2019. Já o setor de produtos minerais não metálicos, apesar do choque entre abril e junho, apresentou recuperação nos meses seguintes, de tal forma que em setembro de 2020 produziu aproximadamente 19% a mais que em setembro de 2019.

Gráfico 11: Variação mensal na fabricação de bebidas e produtos alimentícios na indústria paraense, em relação ao mesmo mês do ano anterior, de novembro de 2019 a agosto de 2020 (em %).



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal do IBGE – Produção Física. Tabela 3653. Elaboração própria.

Gráfico 12: Variação mensal na produção metalúrgica e de produtos minerais não-metálicos na indústria paraense, em relação ao mesmo mês do ano anterior, de novembro de 2019 a agosto de 2020 (em %).

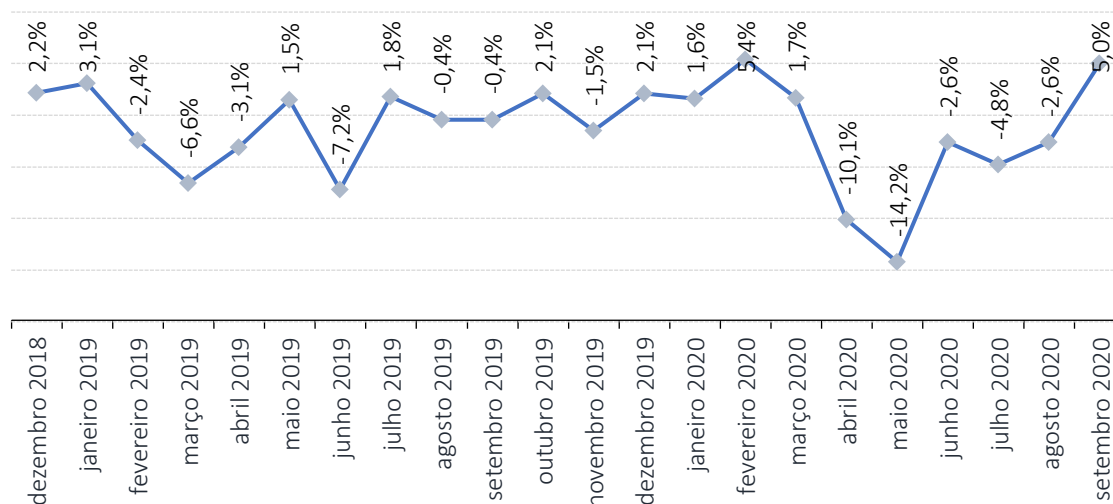


Fonte: Pesquisa Industrial Mensal do IBGE – Produção Física. Tabela 3653. Elaboração própria.

Volume de serviços prestados

A seguir, dando continuidade à avaliação da evolução mensal dos impactos da crise sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho no estado do Pará, está apresentado o indicador de variação no volume de serviços prestados, extraída da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Gráfico 13 – Variação mensal do volume de serviços prestados no Pará, em relação ao mesmo mês do ano anterior, de dezembro de 2018 a setembro de 2020 (em %).



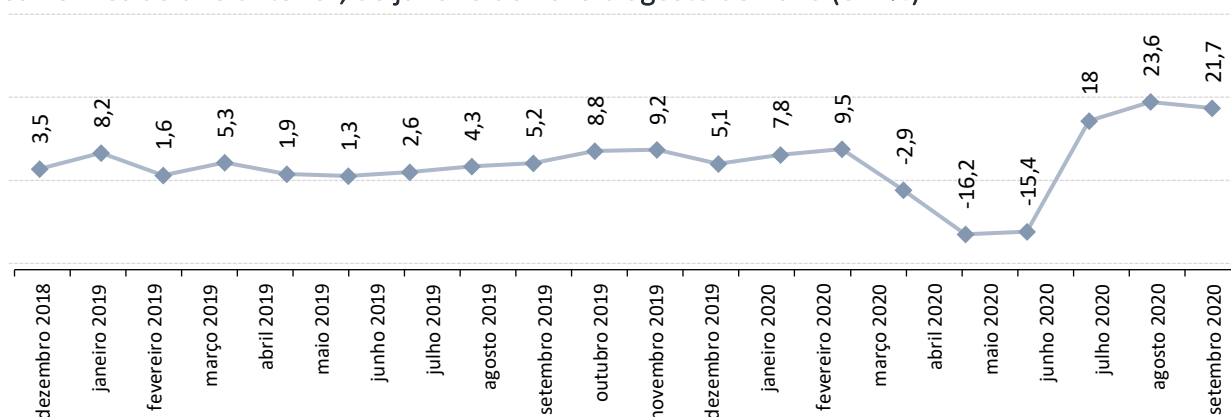
Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE – Produção Física. Tabela 6442. Elaboração própria.

Conforme revela o Gráfico 12 acima, diversos grupamentos de atividades ligados ao setor de serviços estão entre os maiores empregadores no estado do Pará. Destaques para o serviço doméstico, o serviço financeiro, administrativos e de comunicação e serviços ligados à logística, transporte e armazenamento. O gráfico acima, indica que o volume de serviços prestados sofreu um profundo choque entre março e agosto de 2020, tendo em maio atingido razão 14,2% inferior ao volume de serviços prestados em maio de 2019 que foi de 1,5%. Somente no mês de setembro de 2020 este setor veio a apresentar sinais de recuperação, com resultado de 5%, que foi superior a setembro de 2019, cujo percentual foi de -0,4%.

Volume de vendas no comércio

A seguir, analisaremos outro indicador importante para a compreensão dos impactos da crise sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho no Estado do Pará: a variação no volume de vendas no comércio varejista, extraído da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Gráfico 14 - Variação mensal do volume de vendas no comércio varejista paraense, em relação ao mesmo mês do ano anterior, de janeiro de 2019 a agosto de 2020 (em %).



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE – Produção Física. Tabela 6442. Elaboração própria.

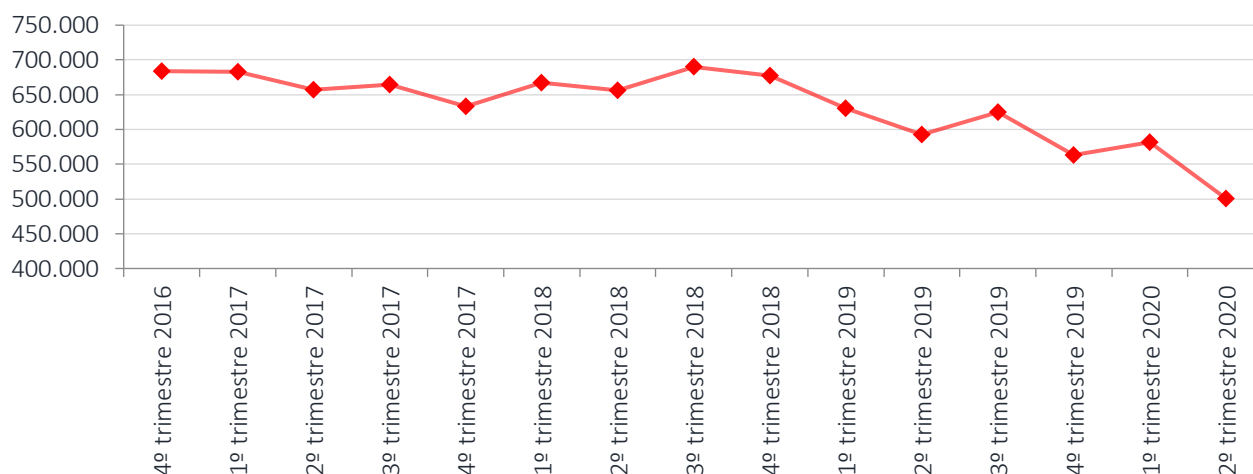
As dinâmicas de produção do setor do comércio são muito significativas para o estudo do mercado de trabalho paraense, dado que este é o setor que mais emprega trabalhadores formais e informais em todo estado, como revelou o Gráfico 6 deste relatório. No gráfico 14, é possível notar, que o volume de vendas no comércio foi ainda mais afetado que o volume de serviços, tendo registrado em abril de 2020 uma dimensão 16,2% menor que em abril de 2019 cujo valor foi de 1,9%. Esse setor, entretanto, apresentou boa capacidade de reação nos meses mais recentes, tendo alcançado em agosto de 2020 um volume 23,6%, que foi maior que o valor de 4,3% apresentado em agosto de 2019.

Produção agropecuária

A seguir no gráfico 15, estão representadas as evoluções de recortes relacionados à atividade agrícola, pecuária e extrativista do Estado do Pará. Como apresentado no Gráfico 6, estes setores correspondem a pelo menos 16% do total da força de trabalho empregada no Estado. Além disso, têm uma importância fundamental para o abastecimento das cidades e para a balança comercial paraense. Para consecução das

análises, foram selecionados recortes correspondentes a atividades de grande importância para o PIB e mercado de trabalho paraense: pecuária de corte; produção de oleaginosas, leguminosas e cereais; produção de mandioca.

Gráfico 15 – Evolução no número de bovinos abatidos no estado do Pará, do quarto trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2020 (por cabeça).



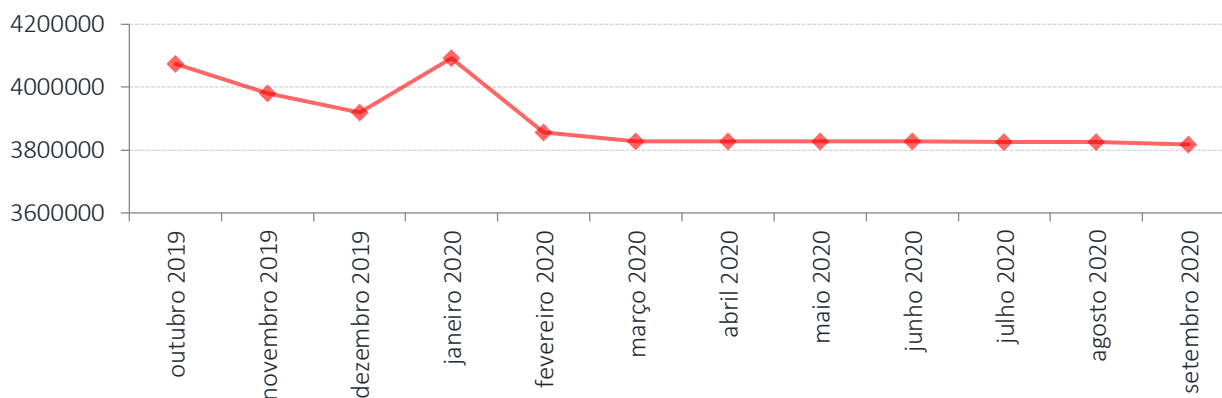
Fonte: Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE. Tabela 1092. Elaboração própria.

O Estado do Pará é um dos grandes exportadores de carne de todo o país. Nesse contexto, os dados do gráfico acima, revelam características importantes para a compreensão dos impactos econômicos e sobre o mercado de trabalho da pecuária paraense. Desde 2018, o setor vinha apresentando seguidas quedas nos números de bovinos abatidos, entretanto, os dados do segundo semestre de 2020 comparado ao restante da série histórica revela a menor produção no setor em pelo menos 5 anos, que pode ser reflexo tanto da reestruturação do setor de pecuária para se adaptar ao cenário provocado pela pandemia do novo coronavírus, quanto da valorização do preço da cabeça do boi.

A seguir no gráfico 16, estão representadas as Evoluções de recortes relacionados à atividade da Produção de Mandioca do Estado do Pará. Desde outubro de 2019, a produção de mandioca vinha apresentando sucessivas quedas. Em janeiro de 2020, houve um crescimento na estimativa da produção, porém, a partir do mês seguinte, o cenário de quedas continuou frequente e estável, apesar de que o início de abril é marcado por intensificação da colheita de raiz de mandioca. Esse cenário pode ser explicado pela situação de pandemia enfrentada pelo país, que fez cair o processamento de raiz de mandioca para farinha e fécula em função das restrições do isolamento social impostas para tentar reduzir o contágio do Covid-19, o que acabou

gerando grande impacto no mercado de trabalho desse setor, já que a atividade da produção de mandioca é intensiva em mão-de-obra. Assim, com poucos trabalhadores se dedicando à colheita, o ritmo de produção foi impactado, fazendo o mercado reagir negativamente, principalmente pelo baixo interesse da indústria nessa atividade.

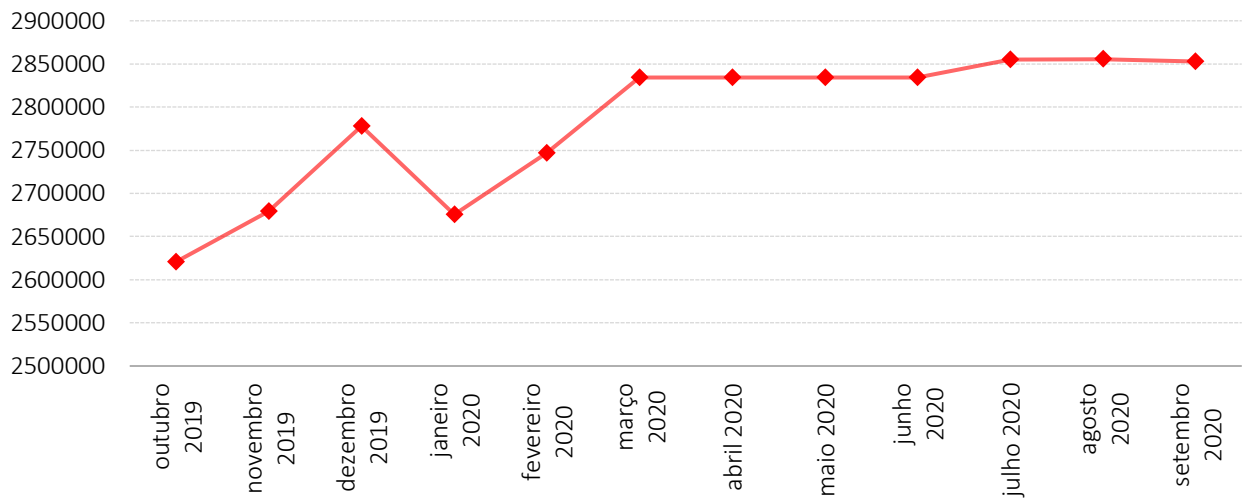
Gráfico 16 – Evolução da estimativa anual da produção de mandioca, de outubro de 2019 a setembro de 2020 (em toneladas).



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE. Tabela 6588. Elaboração própria.

A seguir no gráfico 17, estão representadas as Evoluções de Recortes relacionados à atividade da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Estado do Pará. De acordo com o levantamento mais recente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), o Estado do Pará, está entre os principais produtores de grãos da região Norte, com destaque para o feijão, milho e soja. A partir da análise do gráfico acima, é possível notar que a partir de janeiro de 2020 a produção dessa atividade vem apresentando sucessivo crescimento, após um período de queda entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Esse cenário de crescimento da produção pode um reflexo da pandemia da covid-19 e suas medidas de isolamento social, que trouxe de volta ao cotidiano das pessoas a questão da segurança alimentar, dado o risco de desabastecimento. Esse aumento na produção impactou positivamente o mercado de trabalho, pois o aumento da produção eleva a demanda por mão-de-obra, gerando mais vagas de trabalho.

Gráfico 17 – Evolução da estimativa anual da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, de outubro de 2019 a setembro de 2020 (em toneladas)



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE. Tabela 6588. Elaboração própria.

Sessão 04

Os impactos da crise econômica e sanitária no mercado de trabalho

Nesta seção trataremos, a partir de dados da PNAD, uma comparação entre Brasil, Região Norte e Pará das condições de evolução recente, durante 2020, dos principais indicadores do mercado de trabalho, buscando visualizar como as condições de emprego e renda foram influenciadas pelo quadro de agravamento da crise sanitária, porém também resultante de uma crise de mais longo prazo de não crescimento da economia brasileira.

População em idade ativa

Tabela 02 – Evolução da população em idade ativa no Brasil, na Região Norte e no Pará, durante a pandemia (em números absolutos).

População em idade ativa (Pessoas de 14 anos ou mais de idade)			
Mês	Brasil	Norte	Pará
Maio/20	169.893.000	13.836.000	6.572.000
Junho/20	170.146.000	13.893.000	6.590.000
Julho/20	170.209.000	13.914.000	6.589.000
Agosto/20	170.312.000	13.933.000	6.603.000
Setembro/20	170.531.000	13.956.000	6.611.000

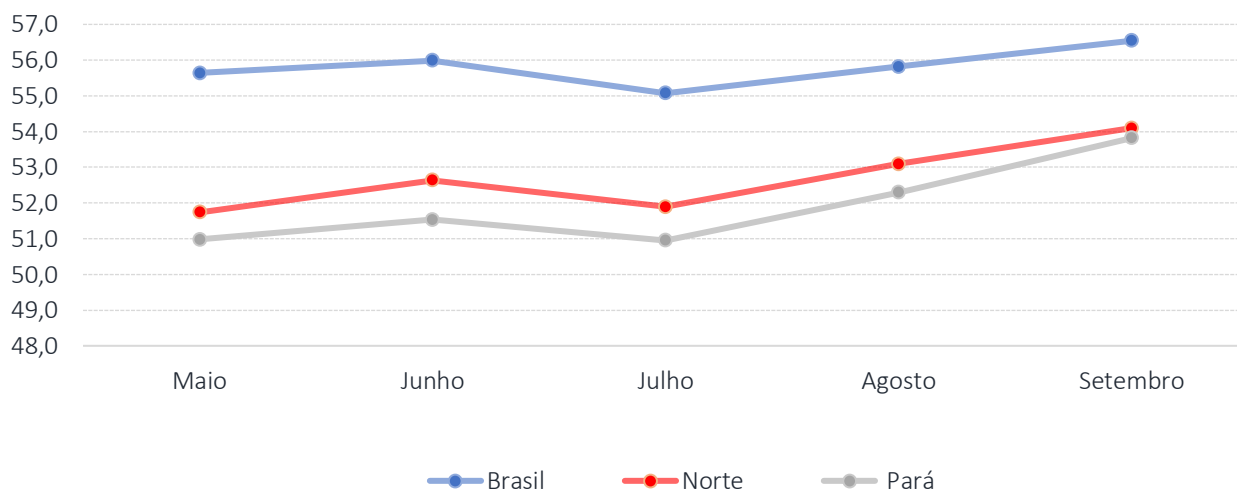
Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

A população em idade ativa (PIA) no Brasil apresentou um moderado crescimento de maio a setembro, saindo de 169,8 milhões para pouco mais de 170,5 milhões. No Norte do país, a tendência também foi similar à observada no país, com uma média de crescimento se mantendo em torno de 30 mil pessoas por mês. O período mais notável foi de maio a junho, quando a população aumentou de 13,83 milhões para 13,89 milhões. No estado do Pará, o crescimento foi ainda mais atenuado que nas outras regiões analisadas, saindo de 6,5 milhões para pouco mais de 6,6 milhões de pessoas em idade ativa. Esse aumento da PIA, ocasionado pelo crescimento vegetativo natural da população, constitui um efeito a mais na já difícil conjuntura do mercado de trabalho

brasileiro, aumentando a pressão por novas ocupações e expandindo a taxa de desocupação entre os mais jovens.

Taxa de participação

Gráfico 18 – Evolução da taxa de participação na força de trabalho no Brasil, na Região Norte e no Pará, em 2020 durante a pandemia (em %).

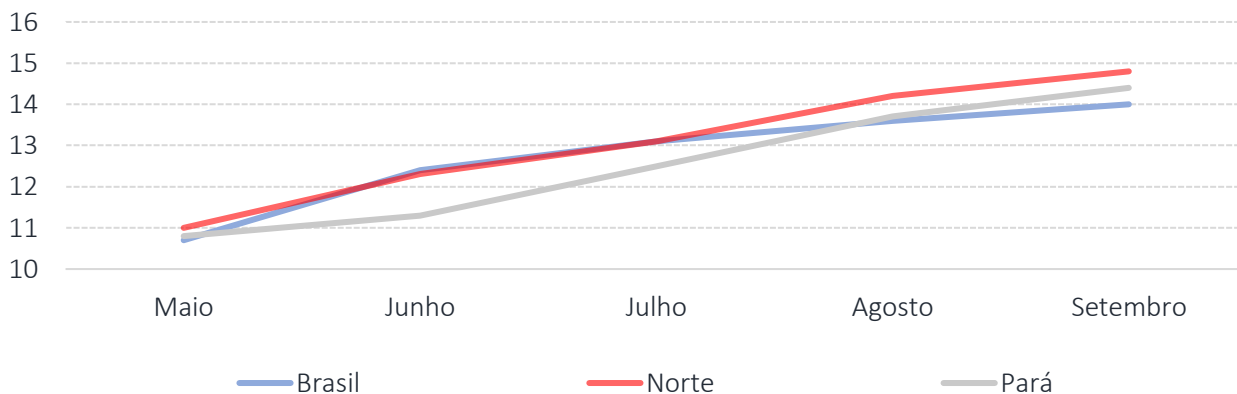


Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Nas três regiões analisadas, a taxa de participação apresentou tendências similares. Atingindo o ponto mais baixo do período no mês de julho, seguida de uma considerável recuperação nos meses seguintes (agosto e setembro). No Brasil, a taxa variou de 55,6 para 56,5%. Na região Norte, de 51,7 para pouco mais de 54,1%. E no estado do Pará, o aumento foi de 50,9 para 53,8%, representando o maior crescimento percentual entre as três regiões para o período analisado. Sendo assim, entre os meses de maio e setembro, o estado do Pará teve uma variação percentual de 0,06%; a região Norte, 0,05%, e o Brasil, 0,02%. O crescimento da taxa de participação invoca duas condições principais: primeiramente uma paulatina retomada da busca por emprego, seja pela necessidade imperiosa de se ter alguma renda, mesmo considerando o quadro de manutenção da Renda Emergencial paga pelo Governo Federal, porém insatisfatório; seja pelos aspectos sazonais referentes ao segundo semestre e uma potencial retomada de alguns setores da economia, especialmente o Comércio e que tendem a atrair mesmo parcelas da população que se encontravam em desalento.

Taxa de desocupação

Gráfico 19 – Evolução da taxa de desocupação da força de trabalho no Brasil, na Região Norte e no Pará, em 2020 durante a pandemia (em %).



Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

A Taxa de Desocupação refere-se às pessoas com idade de trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Em relação ao início do período pandêmico, a taxa no Brasil variou de 10,7% em maio para 14% em setembro, tendo um aumento gradual no decorrer dos meses, e ainda com tendências de alta. Para a Região Norte e estado do Pará, tem-se a mesma a mesma análise, entretanto a unidade federativa ultrapassou a taxa do nacional no mês de maio, teve uma leve redução nos meses subsequentes (junho e julho) em relação ao Brasil, e partir do mês de agosto voltou novamente a ficar mais alta do que a taxa da união.

A análise desta taxa deverá considerar quatro efeitos atuantes: i) primeiramente observa-se a manutenção da taxa em função da política de Renda Emergencial, fator importante considerando o quadro sanitário e de crise econômica; ii) o refreamento dos setores informais da economia se manifestam nos meses até junho, estabelecendo um paralelo entre diminuição da informalidade e de baixo crescimento da taxa de desocupação; iii) a partir de julho, com o quadro sanitário sem controle, mas sem nenhuma política planejada federativamente, a população volta a buscar ocupações o que define a inflexão da curva; iv) por fim, a tendência colocada posterior a setembro será de uma expansão expressiva dessa taxa, considerando, ainda, que com o fim do Auxílio Emergencial (dezembro de 2020) se observará uma explosão de desocupação e crescimento da informalidade.

Política pública de auxílio emergencial

Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Executivo em 02.04.2020 a Lei nº 13.982/2020, que estabeleceu o Auxílio Emergencial, cumpriu até dezembro de 2020 um papel muito relevante nas condições de manutenção mínimas de reprodução social das pessoas que ficaram desocupadas decorrentes da crise econômica e sanitária. A tabela abaixo denota a importância e significância da referida política pública, ressaltando-se ainda sua abrangência, sendo que em setembro de 2020 quase 70% dos domicílios brasileiros receberam o AE e na Região Norte quase 80%, o que denota a situação crítica em que nos encontramos.

Tabela 03 – Evolução da porcentagem de pessoas desocupadas residindo em domicílios onde alguém recebe auxílio emergencial, no Brasil e na Região Norte, durante a pandemia.

Seleção	Maio/20	Junho/20	Julho/20	Agosto/20	Setembro/20
Brasil	56,3%	62,7%	66,3%	67,9%	69,3%
Norte	64,6%	75,5%	76,7%	77,1%	79,2%

Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

No Brasil, o número de domicílios onde se recebeu o auxílio emergencial apresentou um valor crescente de maio até julho, mês no qual atingiu seu pico. Variando de 26,3 a 30,1 milhões, houve um aumento de cerca de 3,8 milhões de domicílios de maio a julho. A partir de agosto, no entanto, é perceptível a diminuição no número, que foi de 30,1 para 29,9 milhões no fim do terceiro trimestre do ano.

Tabela 04 – Evolução do número de domicílios onde alguém recebe auxílio emergencial, no Brasil, na Região Norte e no Pará, durante a pandemia.

Geográfica	Maio/20	Junho/20	Julho/20	Agosto/20	Setembro/20
Brasil	26.304.000	29.369.000	30.182.000	30.143.000	29.944.000
Região Norte	2.708.000	2.968.000	3.010.000	3.054.000	3.000.000
Pará	1.370.000	1.487.000	1.512.000	1.533.000	1.511.000

Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

Na Região Norte, o maior número do período foi durante o mês de agosto, no qual 3,05 milhões de domicílios obtiveram o auxílio. Dessa forma, a maior variação registrada na

Região foi o aumento de aproximadamente 300.000 domicílios entre os meses de maio e setembro.

No Estado do Pará, assim como na Região Norte, também houve um pico em agosto (1,53 milhões) e a subsequente diminuição do número em setembro (1,51 milhões). O mês que registrou o menor número foi maio, totalizando 1,3 milhões de domicílios que obtiveram o auxílio. A variação entre os meses de maio e setembro no estado do Pará foi um aumento de pouco mais de 141 mil domicílios.

A análise desses dados é da maior importância. Vale observar que o impacto econômico da referida política de transferência de renda foi o responsável pelo menor declínio do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e uma recuperação mais suave no último trimestre do ano encerrado. Por outro, a interrupção dessa renda emergencial se constitui em grave equívoco social, empurrando uma parcela crescente da população do limite da pobreza para pobreza absoluta, impossibilitando, do mesmo modo, qualquer solução planejada de confronto a segunda onda da COVID, algo que já atinge parcela das Regiões Metropolitanas e no caso de Manaus, por exemplo, se reveste em novo quadro de caos social.

População ocupada

Tabela 05 – Evolução do número de pessoas ocupadas, no Brasil, na Região Norte e no Pará, durante a pandemia (em números absolutos).

Geográfica	Mai/20	Junho/20	Julho/20	Agosto/20	Setembro/20
Brasil	84.404.000	83.449.000	81.484.000	82.141.000	82.934.000
Região Norte	6.372.000	6.413.000	6.271.000	6.350.000	6.436.000
Pará	2.988.000	3.012.000	2.937.000	2.979.000	3.044.000

Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

A partir de maio é significativa a queda no número de pessoas ocupadas no Brasil, com o ponto mais baixo sendo os 81,4 milhões no mês de julho. Apesar disso, o número apresenta uma lenta recuperação, atingindo 82,9 milhões no mês de setembro. Vale observar que os números mostram que não há uma recuperação sustentada, seja pela baixa recuperação econômica no último trimestre, seja pelo crescente afluxo da população que se encontrava até dezembro de 2020 parcialmente sustentados pelo

auxílio, assim a tendência será a expansão da desocupação no primeiro trimestre de 2021.

Na Região Norte, o total de ocupados flutuou ao longo do período analisado, porém, finalizou o terceiro trimestre em alta, mesmo que não necessariamente expressiva. Foram 6,4 milhões de pessoas em setembro em relação aos 6,3 milhões do mês de maio. Já no estado do Pará, a tendência foi a mesma da sua grande região, o mês de setembro terminou em alta em relação a maio, com flutuações ao longo do tempo, porém, o número está longe de ser considerado expressivo. Setembro registrou pouco mais de 3 milhões de população ocupada no estado do Pará, um aumento de aproximadamente 1,87% em relação aos 2,9 milhões registrados em maio.

Trabalhadores afastados

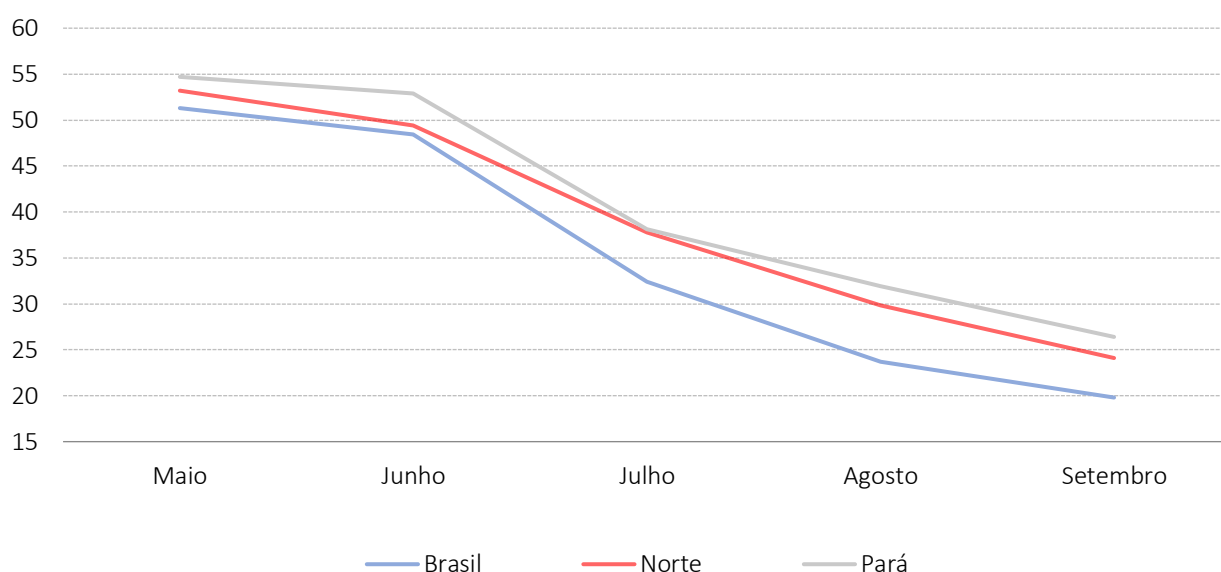
Tabela 05 – Evolução do número de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho por conta do distanciamento social, no Brasil, na Região Norte e no Pará (em números absolutos).

Geográfica	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Brasil	15.725.000	11.814.000	6.784.000	4.145.000	3.003.000
Região Norte	1.487.000	1.099.000	668.000	417.000	303.000
Pará	852.000	591.000	327.000	189.000	113.000

Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

Durante o período pandêmico, o número de pessoas ocupadas (no caso, que trabalhavam) que foram afastadas do trabalho por conta do distanciamento social, alcançou no país, no mês de maio, aproximadamente 16 milhões. Em paralelo, na Região Norte esse valor foi de 1,4 milhões e no Estado do Pará de 852 mil indivíduos. Com a volta gradual das atividades econômicas, o mesmo índice caiu no decorrer dos meses alcançando a margem, em setembro, de 3 milhões no país, 303 mil na Região Norte e 113 mil no Pará. É notório ressaltar que no caso da Unidade Federativa paraense, o índice de pessoas afastadas chegou a ser 50% do total de indivíduos da Região Norte.

Gráfico 20 – Evolução da porcentagem de pessoas que deixaram de receber remuneração após serem afastadas do trabalho por conta do distanciamento social, no Brasil, na Região Norte e no Pará (em %).

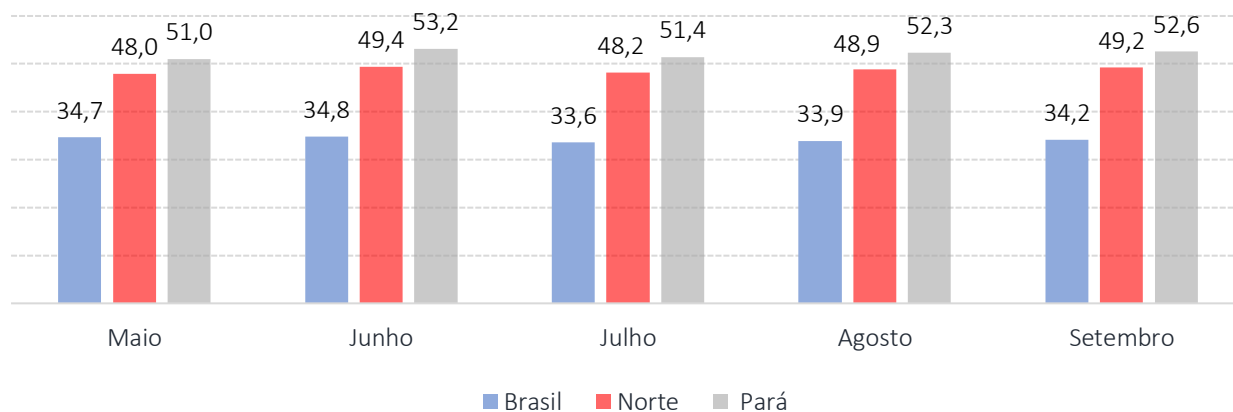


Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Elaboração própria.

Das pessoas afastadas do trabalho, conforme descrito na Tabela 05, notou-se ao longo da pandemia que muitas deixaram de receber remuneração, perdendo importantes fontes de renda. Nesse sentido, o Gráfico 20 expõe um detalhamento das reais dimensões de pessoas afastadas em suas condições de remuneração. Conforme este, o estado do Pará ao longo do período esteve acima das médias regionais e estaduais no que se refere à porcentagem de pessoas afastadas sem rendimento. Em maio, por exemplo, 54,7% dos paraenses afastados de suas ocupações em virtude do distanciamento social não tinham qualquer condição de remuneração. Para o Brasil, a porcentagem deste caso era 51,3%.

Taxa de informalidade

Gráfico 21 – Evolução da proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas, no Brasil, na Região Norte e no Pará, durante a pandemia (em %).



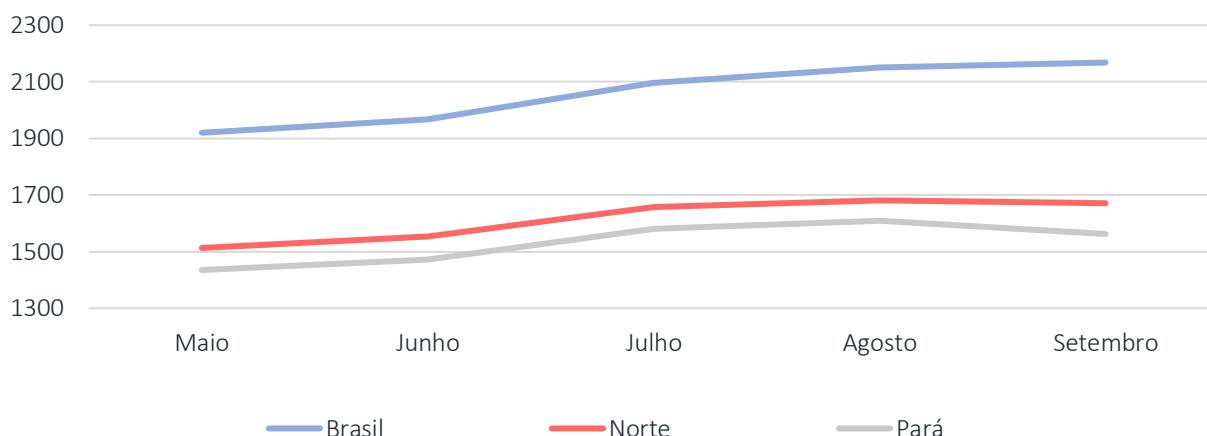
Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

No Brasil, a taxa de informalidade das pessoas ocupadas se manteve estável, porém com uma leve queda: de 34,6% em maio para 34,1% em setembro. Na região Norte, a tendência foi a mesma do país, uma diminuição moderada na taxa: de 47,9% no mês de maio para 49,2% em setembro. No estado do Pará, ao contrário das outras regiões, observou-se o aumento da taxa de informalidade dentro do período analisado, partindo de pouco mais de 51% em maio para 52,6% em setembro, fim do 3º trimestre do ano. Além de que apresentar um incremento no número, o Pará também possui a taxa de informalidade mais alta entre as regiões analisadas, mais da metade (52,61%) das pessoas ocupadas no estado, estão trabalhando na informalidade.

Rendimento médio

Durante o período entre maio e junho foi observado que a Taxa de Rendimento sofreu leve variação, entretanto a partir de julho é analisada uma tendência de alta em ambas as variáveis, no Brasil o rendimento chegou a R\$ 2.168,00 em setembro, no Norte R\$ 1.670,00. Em relação ao Pará esse sofreu certa queda (de R\$ 46,00), após três meses com o rendimento com o seu rendimento médio subindo.

Gráfico 22 – Evolução da proxy do rendimento médio das pessoas ocupadas, no Brasil, na Região Norte e no Pará, durante a pandemia (em %).



Fonte: Tabela única da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID (PNAD-COVID) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

O rendimento médio paraense representa aproximadamente 70% do rendimento médio brasileiro, considerando o valor do salário mínimo de R\$ 1.045,00 vigente em 2020, assim teremos que a renda média do trabalhador paraense em setembro de 2020, representava aproximadamente 1,5 SM. Fazendo uma relação com o custo de vista e utilizando dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) que estimou o custo da cesta básica da capital paraense em R\$ 459,21 em setembro de 2020 (<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202009cestabasica.pdf>), temos portando que a renda média no estado do Pará corresponde a somente 3,4 cestas básicas, denotando o grau de dificuldades e precariedade da qualidade de vida da população paraense e de Belém.

Sessão 05
Texto para discussão

Impactos do Covid -19 e o mundo do Trabalho: Precarização, uberização e o agravamento da crise econômica e social.

Por Nathálya Rocha de Sousa

Aproxima-se o fim do ano de 2020, um dos anos mais difíceis e atípicos vividos pela economia brasileira e mundial. O agravamento da crise sanitária, seguido pela adoção das medidas de isolamento social, fez com que muitos trabalhadores, componentes da imensa massa de desempregados, procurasse alternativas para driblar o desemprego e a falta de renda. Dentro desse contexto de crise, que o mundo já vinha percebendo, e, com o despontar da pandemia, duas ocupações se consolidaram, ainda mais, como alternativas drásticas para tentar diminuir os efeitos gerados pela crise do mercado de trabalho: os motoristas e os entregadores por aplicativos.

Estas ocupações estão condicionadas a atender a demanda gerada por empresas que possuem características que as classifica como empresas de tecnologia, cujo serviço está condicionado a sistemas, que fazem uma ligação entre o agente econômico independente, no caso, dos motoristas e passageiros ou entre os estabelecimentos, os entregadores e os consumidores.

Em termos gerais, estamos diante do fenômeno chamado no Brasil de “uberização”, ou seja, de modo mais específico, é o trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais, ou dito de outra forma, é a execução de tarefas sob demanda.

Esse novo fenômeno coloca em discussão a desregulamentação trabalhista e a precarização do trabalho, uma vez que tira as pessoas da condição de desempregado e desocupadas e passa a gerar renda às mesmas, mas, ao mesmo tempo não há uma relação formal de trabalho, o que remete à inexistência de qualquer regulação ao seu funcionamento.

Esse fenômeno colabora para que sejam mantidas a alta taxa de subutilização do trabalho, que segundo os dados divulgados pelo IBGE no relatório da PNAD-Covid referente à semana de 20 a 26 de setembro, correspondeu a 14,4% da taxa de desocupação, o que acaba por desencadear outra grave nuance da crise no mundo do trabalho que é a precarização das relações e das condições de trabalho, onde o

trabalhador se submete a trabalhar horas a mais que a jornada formal de trabalho com o objetivo de aumentar seu rendimento médio mensal. Agravou-se também o número de desalentados, ou aqueles que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, chegando a faixa dos 15,3 milhões de pessoas, sendo que desse total 7,0 % das pessoas são de cor Branca e 11,3 % das pessoas de cor Preta ou Parda, o que acende o debate do racismo estrutural tão presente na sociedade brasileira.

É válido ressaltar, que o distanciamento social fez com que empresas realocassem seus funcionários ao chamado home office, ou seja, ao trabalho realizado remotamente, no ambiente doméstico. Dentro dessa nova perspectiva de relações de trabalho, segundo a Pnad- Covid de 20 a 26 de setembro, 2,7 milhões de pessoas se encontram afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, sendo que desse número, a maior proporção é a de Empregados do setor privado sem carteira assinada, o que representa 9,6% . Os dados mostram ainda, que 1,1 milhões de pessoas das que estão afastadas deixaram de receber remuneração e há, 7,9 milhões de pessoas trabalhando remotamente.

Dentro desse contexto, segundo dados do Caged, 9,7 milhões de trabalhadores formais tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas ou o contrato de trabalho suspenso em 25%, 50% ou 70%, uma vez que o governo prorrogou até 31 de dezembro o prazo de acordos para preservar empregos dos funcionários. Essa medida compõe o chamado Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM), que foi instituído por meio de uma medida provisória em abril e já tinha passado por outras duas prorrogações, sendo que a última valia até este mês de outubro. É válido ressaltar, que as medidas só valem enquanto durar o estado de calamidade pública, e os acordos deverão ser encerrados no último dia de 2020.

A particularidade do BEM, não beneficia muito o trabalhador uma vez que, por conta da medida, esses trabalhadores deverão receber um valor menor que o usual no 13º salário. Ou seja, cada mês em que o profissional trabalhou menos de 15 dias - seja por ter o contrato suspenso ou a jornada reduzida - será desconsiderado no cálculo do 13º salário.

É possível notar que o trabalho não está modificando as condições de vida do trabalhador, uma vez que há expropriação de direitos, onde a tecnologia exerce uma

forma de poder brutal sobre o trabalhador. Nesse sentido, a violência passa a ser mais evidente nas relações sociais, culturais da relação trabalho e força de trabalho.

Em termos gerais, a situação complicada que o país vivencia, se tornou caótica como resultado resulta do impacto da pandemia da covid-19 sobre um mercado de trabalho, que há anos se encontrava com desemprego e informalidade em patamares historicamente elevados, e, pelo contínuo avanço dos números, deve perdurar por muito mais tempo. Isso se deve ao fato de que, parte das empresas que ainda não fecharam, sofrem com uma queda importante na demanda por seus serviços e, por conta disso, apresentam dificuldades em manter suas atividades, seja pela da redução da renda de parte da população em razão do desemprego, ou por conta de maior incerteza entre os ocupados. Há também a questão das limitações ao trabalho presencial, o que acabou por acelerar a automatização de processos e expandiram fortemente o trabalho remoto, seja formal ou informal.



Coordenação

José Raimundo Barreto Trindade

Gian Carlos Livman Frabetti

Dados e análises

Equipe OPAMET

Edição

Mateus Lucas Amorim Nascimento

Sandro Ribeiro da Silva

